

ELIZABETH CARMONÁRIO



**O ARQUIVO ESCOLAR COMO LUGAR DE
MEMÓRIA E DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM
CAMPINAS: ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO
HISTÓRICO DA EE “ARTUR SEGURADO”**

Campinas, SP

2008

ELIZABETH CARMONÁRIO

O ARQUIVO ESCOLAR COMO LUGAR DE MEMÓRIA E DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CAMPINAS: ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA EE “ARTUR SEGURADO”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Menezes.

Campinas, SP

2008

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Maria Cristina Menezes

Orientadora

Profa. Dra. Ediógenes Aragão dos Santos

2ª Leitora

RESUMO

O ARQUIVO ESCOLAR COMO LUGAR DE MEMÓRIA E DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CAMPINAS: ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA EE “ARTUR SEGURADO”

Buscar conhecer a história da educação pública brasileira no âmbito do regime republicano, a partir da história das instituições escolares e da cultura material escolar vem se constituindo em via emergente no âmbito das pesquisas na área da história da educação. As investigações contemplam os acervos escolares, sobretudo aqueles de antigas instituições, como fonte potencial para esse entendimento. O encontro com os arquivos das escolas tem permitido perceber a condição de vulnerabilidade a que estão expostos, revelando o desinteresse dos poderes públicos e a carência de políticas de manutenção e salvaguarda desse patrimônio histórico. A proposta de nossa pesquisa visou à organização do arquivo histórico do 3º Grupo Escolar criado em Campinas no ano de 1910, hoje Escola Estadual “Artur Segurado”, situada à Avenida Brasil, nº 2080 - Vila Nova, Campinas. A partir do cotejo de informações referentes à história da escola, obtidas em diversas instituições de pesquisa, com os dados extraídos de fontes primárias do acervo escolar buscamos compreender as relações orgânicas e hierárquicas estabelecidas entre os documentos que compõem o fundo arquivístico, propondo a sua organização. O trabalho conjunto de composição de um quadro de arranjo e de descrição arquivística do fundo, efetuada segundo os padrões da ISAD-G, Norma Internacional de Descrição Arquivística, buscou refletir o modelo de organização e de funcionamento adotado pela escola. A construção futura de instrumentos de busca subsidiará as pesquisas, sobretudo aquelas cujos métodos contemplem uma análise indiciária das fontes materializadas no arquivo.

Palavras-chave: Arquivo escolar - Memória - História cultural

Ao meu par, Antenor, e aos nossos filhos, Samuel Luiz, Daniele da Luz e Denis Artur,
incansáveis incentivadores na minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, sempre.

À orientadora deste trabalho de pesquisa, Profa. Dra. Maria Cristina Menezes, pela interlocução e pelo constante incentivo, fatores que geraram um sentimento de autoconfiança para a produção da pesquisa acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento reflexivo.

À Profa. Dra. Ediógenes Aragão dos Santos, pela leitura crítica deste trabalho de conclusão de curso e, pelos comentários enriquecedores: um privilégio para mim.

À diretora da EE “Artur Segurado”, Maria Auxiliadora Brito Castelar, pela promoção de uma acolhida respeitosa na comunidade escolar e, pela confiança sempre renovada no meu trabalho com o arquivo da escola.

À coordenadora pedagógica da EE “Artur Segurado”, Terezinha Vaz de Lima Nicolau, pela simpatia e pelo envolvimento com a causa da preservação histórica e cultural da escola, percebido pelo cuidado em rastrear, nas dependências da escola, documentos e materiais antigos, movendo-os para a sala do arquivo.

Ao pessoal administrativo, pessoal docente e serventes, pela grata convivência e pelos laços de amizade que se firmaram. Para não correr o risco de pecar esquecendo alguém, me escuso da tarefa de citar nomes.

À D.Alzira, “caseira” da escola, zeladora em tempo integral do patrimônio da EE “Artur Segurado”, a primeira a chegar e a última a sair, alegre e comunicativa: potencial fonte oral sobre a história dos últimos 25 anos da instituição.

Às professoras Elaine Zanatta, do Arquivo Edgard Leuenroth e Ivany Pino da Faculdade de Educação-Unicamp, pelos conhecimentos e experiências partilhados nos percursos da minha formação em Pedagogia, da pesquisa acadêmica e da elaboração deste documento.

Ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/Unicamp, viabilizou através de financiamento, o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Lista de Imagens

Capa. Grupo de alunos praticantes de escotismo, com o Prof. Artur Segurado. (Fonte: Arquivo EE Francisco Glicério).....	01
Figura 1. Arquivo escolar EE Artur Segurado. (Foto: E. Carmonário, mai/05).....	27
Figura 2. Índícios de conservação e organização do acervo - o livro de Atas de Exames foi encapado e referenciado três vezes. (Foto: E. Carmonário, set/07).....	28
Figura 3 - Momentos do processo de higienização em documentos textuais: procedimento moroso e delicado. Máscaras, luvas, touca e jaleco: proteção contra microorganismos e excesso de pó. (Foto: E. Carmonário, dez/05 e set/07).....	34
Figura 4. Higienização de documentos iconográficos - luvas de tecido e pincel apropriado. (Foto: E. Carmonário, jul/08).....	35
Figura 5. Acondicionamento das peças documentais – embaladas em TNT, referenciadas e guardadas em caixas apropriadas, projetadas para esse fim. (Foto: E. Carmonário, ago/07).....	36
Figura 6. Focos de infestação por cupins. (Foto: E. Carmonário, jan/06 e jun/07).....	38
Figura 7. Reunião dos materiais museológicos e biblioteca histórica. (Foto: E. Carmonário, dez/05, ago/07).....	39
Figura 8. Diploma de normalista de Arthur Victor de Azevedo Segurado – documento mais antigo do acervo, datado de 1889. (Foto: E. Carmonário, dez/05).....	39
Figura 9. Primeiro endereço à Rua Barreto Leme, de 1910 a 1951, instalado com a denominação de 3º Grupo Escolar de Campinas. (Fonte: Arquivo EE “Artur Segurado”).....	52
Figura 10. Quadro do patrono e placa de bronze da comemoração dos 30 anos de existência da escola: cultura material simbólica gerando representações da escola republicana. (Foto: E. Carmonário, mai/08 e abr/06, respectivamente).....	59
Figura 11. Segundo endereço à Rua Moraes Sales, 988, anexo ao Grupo Escolar “Francisco Glicério”, de 1952 a 1957, quando se denominava Grupo Escolar “Artur Segurado”. (Fonte: Arquivo EE “Francisco Glicério”).....	62
Figura 12. Endereço atual da Escola Estadual “Artur Segurado”, à Av. Brasil, 2080, desde 1958. (Fonte: Arquivo EE “Artur Segurado”).....	63
Figura 13. Trabalho articulado de elaboração do quadro de arranjo e descrição das fontes. (Foto: E. Carmonário, jun/08).....	73
Figura 14. O diretor Artur Victor de Azevedo Segurado posa para a fotografia junto de professoras do 3º Grupo Escolar de Campinas - década de 10. (Fonte: CMU/Unicamp).....	84
Figura 15. O diretor Arthur Victor de Azevedo Segurado posa ao lado de uma professora com sua classe de alunos – entre as décadas de 10 e 20. (Fonte: CMU/Unicamp).....	84

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

Prolegômenos.....	10
-------------------	----

2. CAPÍTULO I

Arquivos escolares: canteiros da história

2.1 Referencial teórico.....	13
------------------------------	----

3. CAPÍTULO II

Devassando a caixa-preta

3.1 S.O.S. Teoria/Metodologia arquivística.....	23
3.1.1 Cercando o objeto.....	27
3.1.2 Tratando o objeto.....	32
3.1.3 Conhecendo a tipologia documental do arquivo.....	40

4. CAPÍTULO III

Lugares de memória e história

4.1 Investigação bibliográfica.....	45
4.1.1 Histórico da EE “Artur Segurado”: um ensaio.....	50

5. CAPÍTULO IV

Fontes documentais: matéria-prima da história

5.1 Analisando e (re) conhecendo a tipologia documental do arquivo.....	67
5.1.1 Quadro de arranjo e descrição arquivística.....	70
5.2 Fontes extraordinárias.....	80

6. Considerações Finais.....	86
------------------------------	----

7. Bibliografia.....	91
----------------------	----

7.1 Referências bibliográficas.....	93
-------------------------------------	----

I

Realizando excursões pelos arredores da cidade, ia o Segurado, todo garboso e varonil, comandando um batalhão de pequeninos homens, que marchavam risonhos, ao rufar (que importa?) de mal compassados tambores – oficial sem patente, e mestre-escola orgulhoso, de si e de seu prestígio, que imprimia ao ambiente das escolas primárias um caráter de civilismo. Era a prática daquilo que o “Cuore” de De Amicis pregava: “Os teus livros são as tuas armas, a tua classe é um regimento e a vitória é a Civilização!”...

Milton Duarte

II

Há uma cor que não vem nos dicionários. É essa indefinível cor que têm todos os retratos, os figurinos da última estação, a voz das velhas damas, os primeiros sapatos, certas tabuletas, certas ruazinhas laterais: - a cor do tempo...

Mário Quintana

1. INTRODUÇÃO

Prolegômenos

Este trabalho de pesquisa teve início em meados de 2005, período que correspondia ao 2º ano de minha formação no curso de Pedagogia da Unicamp. No último semestre do ano anterior, 2004, ao cursar a disciplina História da Educação I, reafirmei um propósito que vinha aspirando desde o início da graduação, que era desenvolver uma pesquisa nesse campo de estudos. A referida disciplina foi ministrada pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes, da qual pude conhecer o trabalho acadêmico e a linha de pesquisa - diga-se, pioneira na Faculdade de Educação da Unicamp - e que abrange principalmente os temas: cultura material escolar, história das instituições escolares, história dos saberes escolares, preservação do patrimônio escolar, arquivos, museus e bibliotecas escolares.

Naquela ocasião, Menezes vinha desenvolvendo um projeto de pesquisa, com o apoio da Fundação de Apoio ao Estudo, Pesquisa e Extensão/UNICAMP (FAEPEX) e Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que propunha a organização de Centros de Documentação, englobando os arquivos *históricos*, as bibliotecas e o material museológico de antigas instituições escolares públicas de Campinas, a saber: a escola Normal, os 3 (três) primeiros grupos escolares e o primeiro ginásio da cidade: Colégio Culto à Ciência. Por ser recente, o projeto demandava pesquisadores nas diferentes unidades institucionais.

Circunstâncias favoráveis levaram-me a escrever um projeto de pesquisa, cuja orientação foi assumida pela professora Maria Cristina, a qual recebeu financiamento do CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic. O projeto inicial foi apresentado sob o título *Do arquivo “Morto” ao Arquivo Histórico: Organização do Arquivo do 3º Grupo Escolar de Campinas*, sendo posteriormente renovado com a designação atual, mantendo, contudo, os mesmos objetivos. Em si, os títulos dos projetos de pesquisa sugerem a motivação e a fundamentação teórica que pautaram nossa conduta em torno dessa proposta.

Antes, porém, desse desiderato, visitamos a EE “Artur Segurado”, instituição pública de ensino localizada à Avenida Brasil, 2080 - Vila Nova, Campinas, para levar ao conhecimento da diretoria da escola os objetivos da pesquisa, buscando sondar junto aos dirigentes as possibilidades para nosso ingresso e permanência na escola. Dada a aquiescência pude, na ocasião, junto com a orientadora do TCC, conhecer nas dependências da escola, os documentos e fontes primárias sobre os quais me debrucei ao longo de 27 meses.

No período citado, objetivamos a organização do arquivo histórico do terceiro grupo escolar criado na cidade de Campinas no ano de 1910. Ao buscarmos compreender a constituição deste acervo desde a origem, deliberamos pela articulação entre a organização arquivística e a história da instituição, esta pautada em investigações realizadas em outras instituições de pesquisa e cotejadas com informações obtidas das fontes primárias que compõem o espólio escolar. O trabalho de organização teve como suporte teórico-metodológico os conhecimentos específicos da disciplina arquivística na busca por entender a lógica de acumulação - no tempo e no espaço - dos documentos, visando à elaboração de um quadro de arranjo¹ que refletisse as estruturas de funcionamento administrativo e pedagógico da escola. Assim sendo, as condições estariam postas para a produção do trabalho de descrição do fundo arquivístico, segundo os critérios da ISAD-G – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.

A motivação que imprimiu vigor ao trabalho, e compartilhada pelos integrantes do grupo de trabalho do projeto “Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: Escola Estadual ‘Carlos Gomes’” ao qual este se manteve conexo, foi a de que o arquivo escolar, como guardião dos escritos ordinários advindos de práticas administrativas e pedagógicas da instituição, pudesse vir a constituir-se como lugar de memória e de história da educação, possibilitando a salvaguarda desse patrimônio histórico.

Ao iniciar a pesquisa, anteví as exigências e a dedicação que a mesma demandaria, considerando a amplitude e dimensão do projeto, o tempo disponível para sua execução e a minha condição de principiante na pesquisa, por desconhecer conceitos concernentes à disciplina arquivística. Situação entendida antes como um

¹ Este conceito, bem como o de descrição arquivística será explicitado adiante, na apresentação do trabalho.

desafio, do que como um obstáculo. Meses depois à iniciação à pesquisa arquivística, pude compreender as palavras de BELLOTTO (2006):

Sendo um universo arqueológico, o fundo de arquivo é, com raras exceções, um desafio que acena com o caótico que lhe imprimiram o tempo e o desuso em que caíram seus elementos. Assim, no sentido do desafio e da descoberta, o trabalho de arquivo, especialmente quando se trata de acervos históricos, é invariavelmente fascinante. (BELLOTTO, 2006, p.13).

Quais questões e problemas a serem investigados?

Não havia nada claro.

Busquei construí-los no percurso da pesquisa, a partir do próprio objeto: urgia explorar e conhecer sua realidade e complexidade... Disso dependia a execução e o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

2. CAPÍTULO I

Arquivos escolares: *canteiros da história*

2.1. Referencial teórico

No âmbito da História da Educação, os debates em torno das potencialidades dos acervos escolares como fonte de pesquisa para a produção de conhecimento sobre a realidade histórica escolar, iniciaram-se no Brasil na década de 1990, visando à compreensão de fenômenos educacionais, culturais e sociais, a partir do estudo da história das instituições, das práticas escolares e da cultura material escolar. Tais debates puderam ser deflagrados, em primeira instância, pelos (per) cursos epistemológicos, teóricos e metodológicos “desbravados” e legitimados pelas pesquisas da História Nova e da Nova História Cultural, que se intensificaram a partir da segunda metade do século XX.

O conceito de “depressão educacional pós-moderna” enunciado por Marc Depaepe (1996), é citado por FERNANDES(2004) para referenciar a crise do paradigma explicativo que tinha por excelência, no campo da ciência historiográfica - e não somente, o primado da razão:

No campo epistemológico, o pós-modernismo abandona as grandes sínteses gerais, optando pela explicação contextual e portanto relativista, permitindo uma visão mais flexível do passado. Semelhante preferência pela “contextualização”, assegura o mesmo historiador, não significa de modo nenhum que se pretenda adotar no futuro uma história da educação “sem teoria”. (FERNANDES apud MENEZES, 2004, p.137).

Acerca da quebra de paradigmas norteadores da produção do conhecimento, Le Goff(1993), relativamente à ciência histórica enfatizou:

Com efeito, embora postule a necessidade de uma reflexão teórica, a história nova não depende de nenhuma ortodoxia ideológica. Ao contrário, ela afirma a fecundidade das múltiplas contribuições, a pluralidade dos sistemas de explicação para além da unidade da problemática. Ela pretende ser uma história escrita por homens livres, ou em busca de liberdade, a serviço dos homens em sociedade. (LE GOFF, 1993, p.21)

Contribuem, entre outros estudiosos, Roger Chartier, que atenta para a pesquisa da materialidade dos objetos culturais, consideradas as fases de sua existência: modos de produção, circulação, práticas, apropriações e usos e, Carlo Ginszburg, ao propor novo paradigma metodológico no âmbito das investigações históricas, o qual veio igualmente franquear “leituras outras” dos fatos sociais, subsidiando novos modos de “fazer” história e oferecendo condições para a ampliação dos objetos da pesquisa em história da educação, dentre eles, as fontes ordinárias de arquivos públicos.

Outrossim, autores como Jacques Le Goff - que ampliou o conceito de documento², e Pierre Nora se voltaram à discussão da temática memória/história, contribuindo para formar substância teórica às novas tendências contemporâneas de estudos historiográficos. *Há locais de memória porque não há mais meios de memória* (NORA, 1993, p.7). O autor pondera sobre a relação memória/história, referindo-se às sociedades modernas, as quais, segundo ele, estariam condenadas ao esquecimento, ao fazerem a história do passado, movidas pela mudança, sem a preocupação de representar modelos e guardar segredos. Ele ainda adverte: *Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares* (Idem, ibidem. p.8).

No Brasil, a disciplina História da Educação, que foi fundamentada basicamente no campo da Pedagogia e do ensino, vem ocupando-se de outros *campos e canteiros da história* – parafraseando BOUTIER & JULIA (1998) - produzindo investigações de caráter interdisciplinar no diálogo com a História, Antropologia, Lingüística, Teoria Literária, Sociologia e Pedagogia, valendo-se de novas ferramentas conceituais. Assinala MORAES (2002):

² [...] é preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção. [...] é preciso delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram. (LE GOFF, 1993, p.54).

No redirecionamento atual da pesquisa histórica em educação, enfatiza-se a necessidade de apreender 'o que se faz na escola' (Chartier, 2000), nos seus diferentes tempos e lugares, atribuindo-se, assim, novo significado às práticas escolares enquanto elementos essenciais constitutivos da realidade educacional e da vida social. Esta perspectiva impõe aos pesquisadores da educação, nos seus mais diversos campos – da história, sociologia, economia, lingüística, psicologia e didática – o desafio da preservação das fontes históricas em arquivos públicos e a constituição dos arquivos escolares. (MORAES, 2002, p. 24).

Como esclarece BITTENCOURT (2005), a *tradição das pesquisas em história da educação no Brasil* contemplou, no mais das vezes, o *estudo da legislação, das reformas do ensino, e da história do pensamento ou da filosofia da educação* (BITTENCOURT, 2005, p.7). O advento da Nova História Cultural possibilitou a valorização de novos objetos, que demandaram novas opções metodológicas. Tem-se intensificado nas duas últimas décadas, em âmbito nacional, a tendência de pesquisas em história da educação que contempla o estudo dos Grupos Escolares para a compreensão da história desse modelo de escola pública primária, e da escolarização da infância no Brasil republicano³. Observa-se uma crescente valorização da escola e de sua materialidade como possibilidades potenciais para a pesquisa da memória educacional e de identidades sociais.

Com isso, presta-se para a produção de pesquisas históricas em educação, uma gama singular de fontes - as orais, os acervos históricos – escritos, iconográficos, museológicos -, as bibliotecas históricas, os periódicos, os manuais escolares, a imprensa. Os arquivos escolares, antes menosprezados pela pesquisa, também o eram por parte considerável dos dirigentes das instituições de ensino, que não encontrava razões – situação que ainda persiste - para o reconhecimento do valor histórico dos acervos para a produção do conhecimento e preservação da memória escolar. Sem a intenção de um pré-julgamento, compreendemos que outros fatores certamente contribuíram e contribuem na formação desse quadro: escassez de espaço físico,

³ Ver VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. A autora organizou uma série de artigos que compõe o estado da arte da pesquisa acerca dos Grupos Escolares no Brasil. Dentre os autores, dois são considerados referência nessa temática: Rosa Fátima de Souza e Luciano Mendes de Faria Filho.

ausência de políticas efetivas de regulação à preservação, guarda e eliminação da documentação acumulada, rotatividade do quadro de servidores administrativos, etc.

Nessa linha de investigação, citamos a obra *O Direito à Educação* - que nos tem servido de referência bibliográfica, fruto de um trabalho desenvolvido pela pesquisadora Rosa Fátima de Souza (UNESP, Araraquara) sobre grupos escolares criados na cidade de Campinas entre 1897 e 1925. Cotejou informações colhidas em arquivos públicos (fontes legais) e outras instituições de pesquisa, buscando entender através das abordagens da História Cultural o processo de escolarização ocorrido na cidade durante a Primeira República. Avançou na pesquisa buscando traçar o percurso histórico da implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910), trabalho apresentado com o título *Templos de Civilização*.

Destacamos também, o trabalho de caráter interdepartamental e interdisciplinar que se desenvolve no Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP, desde sua criação em 1993, o qual visa não somente à localização, recuperação e preservação de fontes históricas de instituições públicas de ensino, mas também a prestação de assessoria a projetos que promovam a preservação do patrimônio cultural e histórico em escolas da rede pública. Dentre os projetos realizados pelo CMEFEUSP, para citar apenas dois, temos o trabalho coordenado pela Profa. Dra. Carmem Sylvia Vidigal Moraes em cooperação com Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, e que visou a referenciação e classificação dos documentos históricos em nove escolas técnicas - as mais antigas - do estado de São Paulo. O trabalho resultou em duas publicações no ano de 2002: um Álbum Fotográfico e um Inventário de Fontes Documentais, os quais vieram enriquecer a bibliografia e facilitar as pesquisas nesse campo de estudos. Em 2000, a Profa. Dra. Diana Golçalves Vidal iniciou investigações na Escola de Aplicação da FEUSP que resultou na constituição de um Centro de Memória – o MEMO – naquela unidade escolar.

O projeto de pesquisa recentemente desenvolvido, de organização do arquivo histórico na EE “Carlos Gomes”, antiga Escola Normal de Campinas, no âmbito do projeto maior no qual nosso trabalho foi inserido, revela os esforços de salvaguardar a memória da instituição a partir da documentação do arquivo escolar que foi recuperada das condições de total abandono. Encontrava-se o acervo escolar literalmente entregue às traças (e não somente), confinado nos úmidos porões da escola. Descasos como esse,

trazem conseqüências graves, prejuízos para a história da instituição escolar, para a história da educação, e multiplica o número de pessoas que fazem parte de uma *geração sem memória* (MENEZES [et al.], 2005):

Se temos a necessidade de criar lugares para vivenciar a memória, porque já não a possuímos, ou já não temos mais como detê-la, ou vivenciá-la de outro modo na sociedade, então a "constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar" faz com que se proliferem os lugares, tendo no arquivo, um desses lugares ... (MENEZES [et al.], 2005, p. 75).

Para além da recuperação, conservação e preservação da materialidade arquivística, bibliográfica e museológica escolar e da sua reorganização intelectual e espacial, MENEZES (2004) entende que somente estará constituído um autêntico lugar de memória se o mesmo, por sua visibilidade/acessibilidade, potencialmente promover o ato de (re) pensar a educação e, nesse exercício, empregar e difundir o caráter social da história:

A história difere da memória, o conhecimento que se produz através dela é produzido e compartilhado coletivamente, pois trata-se de uma atividade social. Há então que se rememorar, há que se construir lugares, ou buscar os já constituídos para essa (re) construção. (MENEZES, 2004, p.8).

No volume nº 16 da revista PRO-POSIÇÕES⁴ foram compilados artigos cujas discussões dão mostras da crescente articulação acadêmica internacional em torno da temática de preservação da memória educacional. Consoantes com um dos princípios basilares da teoria arquivística, o da indivisibilidade⁵, tem-se buscado promover a criação e organização de Centros de Memória e Documentação nas próprias instituições de ensino, envolvendo-as nessa tarefa e visando estimular, através de exposições permanentes ou temporárias, a geração de identidade coletiva nos sujeitos escolares,

⁴ Dossiê CULTURA ESCOLAR ECULTURA MATERUAL ESCOLAR: ENTRE ARQUIVOS E MUSEUS, organizado pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes (FE-Unicamp).

⁵ *Esse conceito estará oportunamente esclarecido na apresentação deste trabalho.*

propiciada pela memória implícita nos materiais escolares expostos e quiçá, pela memória oral de gerações precedentes.

Exemplifiquemos com uma experiência em Portugal: dois pesquisadores, nomeadamente o Prof. Dr. Rogerio Fernandes e a Profa. Dra. Margarida Felgueiras, que em 1997, desenvolveram, como coordenadores, o Projeto *Para um Museu Vivo da Escola Primária*, no âmbito da RIHMIE, Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e da Educação. Segundo FELGUEIRAS & SOARES (2004), a exposição museológica, centrada na cultura material, é sempre uma proposta de conhecimento. No decurso da história, sua apresentação sofreu variações na forma e no conteúdo, segundo as demandas histórico-culturais dos grupos sociais hegemônicos. As autoras destacam os anos de 1970, como início da diversificação do conteúdo dos museus em resposta à demanda pela musealização de outros aspectos da cultura, posta, sobretudo, pela (re) valorização do conceito de *cotidianeidade*:

O excepcional apenas evidencia uma síntese individual de um conjunto de possibilidades que uma sociedade ou cultura possui, muitas vezes só disponíveis para um pequeno grupo. O quotidiano deixa de ser o irrelevante para se tornar, do ponto de vista epistemológico, o meio através do qual se resgata a agência humana, com seu conjunto de potencialidades, liberdades, dependências e constrangimentos. É porque metamorfoseamos o conceito de quotidiano que aspectos como a moda, o telefone, a eletricidade, os transportes, a água, o brinquedo ou a educação se tornaram matérias museográficas. (FELGUEIRAS & SOARES apud MENEZES, 2004, p.109).

Quanto à proposta do projeto que desenvolveram, esclarecem:

[...] no sentido que retiramos de Malraux, e presente nas tendências da “nova museologia”, tornar vivo é tornar presente, necessário – na vida, no quotidiano, nas nossas rotinas – o que afinal, na sociofagia do tempo deveria estar consumido e morto. Por isso, pretendemos desde o início criar uma dinâmica de participação com vários setores da comunidade, de molde a tornar presente o museu nos seus hábitos de lazer, de estudo, de pesquisa, de troca de informações, de atualização. A essa concepção de museu como espaço de encontros, que prolonga seu conteúdo como uma voz no nosso tempo, designamos de “museu vivo”. (Idem, ibidem, pp.110-11).

Em âmbito nacional e internacional vemos a ampliação do debate acadêmico em torno da organização e conservação de arquivos e bibliotecas de escolas públicas, num esforço de preservação da memória dessas instituições, atendendo, de certa forma, a emergência de novas opções metodológicas em pesquisas históricas. É um campo de investigação que tende a se fortalecer haja vista a intensificação de parcerias no desenvolvimento de projetos como *A história da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*, através do Convênio CAPES/GRICES entre Brasil e Portugal, do qual participou a professora orientadora de minha pesquisa. O recente movimento de “retorno aos arquivos” e de valorização das fontes primárias para a produção historiográfica tem gerado entusiasmo, como sentimos nas palavras de GAULIN (1998):

[...] Um vasto campo encontra-se aberto para os editores de textos narrativos como para os historiadores de arquivos. Muito mais do que no passado, os historiadores deverão trabalhar em equipe para levar a cabo seus projetos, como a constituição de vastos bancos de dados. Esse retorno às fontes não por elas mesmas, mas a fim de fazer melhor a história, ou seja, de acordo com as palavras de Foucault, a fim de “conferir estatuto e elaboração à massa documental de que (a sociedade) não se separa”, manifesta uma dupla exigência de inventividade e de rigor: terá chegado a hora de uma nova ascense do texto? (GAULIN, 1998, p. 181).

Devido ao interesse crescente pela localização, guarda e socialização de documentos e objetos sobre a história da educação brasileira manifestado por pesquisadores da área nos últimos 15 anos em diversos fóruns nacionais (ANPED e Congressos Lusobrasileiros e Iberoamericanos de História da Educação), foram organizados encontros sobre a temática, tais como: o Seminário Escola e sua memória, em julho de 2003, no CME/USP, sob a coordenação de MENEZES (UNICAMP, 2003) e VIDAL (USP, 2003), com a participação de pesquisadores brasileiros e portugueses e, o Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, em meados de 2005, organizado pelo NIEPHE – FEUSP, que também contou com a presença de pesquisadores brasileiros e portugueses.

Mais recentemente, em abril deste ano, realizou-se o segundo Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, organizado pelo Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação da Universidade Federal do Paraná, e coordenado pela Profa. Dra. Nádia Gaiofatto Gonçalves, da linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação - CPPHE/PPGE UFPR, em Curitiba, ocasião em que estivemos presentes na condição de ouvinte. Percebemos, assistindo as comunicações orais que, para além do notável volume de projetos e trabalhos apresentados que refletiu a mobilização de esforços na organização de arquivos históricos escolares em vários pontos do Brasil, e, de pesquisas desenvolvidas por meio da consulta desses arquivos, a preocupação latente com um problema que persiste em detrimento das mobilizações que vem sendo efetuadas por lideranças acadêmicas: a insuficiência de políticas públicas nacionais e regionais de preservação e conservação dos acervos escolares. A Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto(USP), referência na área de estudos da arquivologia⁶, em 2002, já vinha alertando sobre essa ausência:

Quando passado o uso administrativo dos documentos de arquivo, salvo alguns de evidentíssima obrigatoriedade de preservação, ditada por dispositivos jurídicos, eles são relegados aos famigerados "arquivos mortos". O correto é que sofressem o processo de avaliação e se tornasse, clara e indubitavelmente, arquivos permanentes. No entanto, são poucas as entidades que já têm a sua gestão e avaliação de documentos corretamente feitas. (BELLOTTO, apud MORAES & ALVES, 2002, p.11).

Ainda que se verifiquem movimentos de criação de Centros de Memória e de Documentação em instituições de ensino ou em espaços universitários⁷, mantendo o compromisso de reunir, preservar e organizar arquivos e coleções, além de divulgar instrumentos de pesquisa de forma impressa (obras de referência) ou virtual (banco de dados) visando à facilitação do trabalho de pesquisa⁸, torna-se imperativo a elaboração

⁶ *Disciplina que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização* (BERNARDES, 1998, p.42).

⁷ *É uma particularidade dos centros de documentação das universidades brasileiras tornar a fonte próxima ao pesquisador, mas também trazer as fontes documentais que estão sendo perdidas, produzidas, muitas vezes, pelo próprio poder público, a quem caberia, por dever, preservá-las, organizá-las e torná-las disponíveis à consulta pública. (CAMARGO, 1999, p. 60).*

⁸ Buscando, com isso, atender às novas demandas produzidas pela globalização e avanços na área das TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação.

de dispositivos jurídico/legais que encerrem as condições para a existência de Comissões de Avaliação de Documentos nas unidades escolares, a fim de que se realize uma administração otimizada da massa documental produzida e acumulada. BERNARDES (1998) esclarece que o processo de avaliação de documentos consiste fundamentalmente em identificar *valores* e definir *prazos* de guarda para os documentos de arquivo e, assim sintetiza uma definição para a gestão de documentos:

Conjunto de medidas e rotinas que garante o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade desde sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), com vistas à racionalização e eficiência administrativas, bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural. (BERNARDES, 1998, p.11).

Vêm se intensificando discursos correlatos, que debatem o caráter utilitarista e urgente da sistematização da gestão de informações de arquivos públicos e privados, e de sua transferência via instrumentos de pesquisa, apontando as demandas atuais postas pelo fenômeno da globalização e pelo encolhimento das fronteiras entre povos e culturas, propiciados pelas sempre renovadas tecnologias da informação e comunicação. Vejamos o que defendem os pesquisadores ROUSSEAU & COUTURE (1998):

Uma compreensão comum das mesmas unidades de trabalho viria favorecer um uso uniforme, modulado em função da informação visada e das necessidades expressas e ajudaria a reforçar a disciplina arquivística, dotada de uma abordagem global, que se inscreve harmoniosamente no actual (sic) movimento de mundialização das actividades (sic) humanas. Com efeito, no actual (sic) contexto de forte competitividade em que a informação estabelece a diferença entre o sucesso ou o fracasso, o lucro substancial ou a falência e onde as fronteiras econômicas, culturais, geopolíticas, sociológicas e do saber são profundamente abaladas, a arquivística contemporânea tem obrigação de evoluir rapidamente, a fim de ocupar de maneira plena o seu lugar enquanto disciplina socialmente admitida, porque rendível e eficaz para os seus utilizadores (administradores, investigadores, etc.) e perfeitamente adaptada às necessidades de gestão da informação próprias do século XX. (ROUSSEAU & COUTURE, 1998, pp.129-30).

Dessa forma, estima-se que ocorra a adoção de critérios racionais para o processamento da documentação, sobretudo aqueles relativos à sua destinação - eliminação, guarda temporária ou guarda permanente - através da análise da tipologia documental e da atribuição de valores primários (ou imediatos) e secundários (ou mediatos)⁹, objetivando otimizar esforços e espaços, facilitar consultas no arquivo, integrá-lo nas suas diferentes idades - ativa, semi-ativa e inativa, e, quiçá, numa hipótese desejável, subtrair do arquivo o estigma de “morto” usualmente conferido pelo funcionalismo público ao arquivo histórico.

O evento, na capital paranaense, veio ampliar nossa consciência sobre a importância do trabalho que vínhamos desenvolvendo no arquivo histórico da EE “Artur Segurado”. Essa instituição pública de ensino conta hoje com 98 anos de existência, funcionando ininterruptamente e descrevendo uma trajetória quase centenária na história da educação em Campinas. Na proposta de organização do *arquivo permanente*¹⁰ da escola visamos, em alguma medida, ampliar as possibilidades para a compreensão dessa história, entendendo que, estando sistematizado, descrito e possuindo instrumentos de busca o arquivo possa se constituir como potencial fonte de pesquisa, sobretudo, para a área de História da Educação. Essa vocação pode ser intensificada se o arquivo for entendido como *lugar de memória* (NORA,1993): sendo produto de tempos, práticas e contextos históricos específicos, os documentos tornam-se, na sua materialidade, cúmplices silenciosos no aprisionamento da memória daqueles que os geraram.

⁹ Documentos de valor primário são os que interessam à própria repartição originária, e documentos de valor secundário os que interessam a outras entidades do governo e ao público em geral (Schellenberg, apud Bellotto, 2006).

¹⁰ *Conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor.* CAMARGO, Ana Maria & BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

3. CAPÍTULO II

Devassando a *caixa-preta*

3.1 S.O.S. Teoria/Metodologia arquivística

Para o pedagogo e o educador de modo geral, é necessário um profundo mergulho nas teorias e metodologias da História e na prática dos arquivos, a fim de que se possa sentir um pesquisador com habilidade para realizar a “operação historiográfica”, para usar a expressão de Michel de Certeau. Na visão do historiador de ofício, é preciso familiaridade com o objeto que vai investigar e com o campo que configura esse objeto: a educação e suas especialidades. (LOPES & GALVÃO, 2001, p.32).

Para além do estudo das obras de referência em História e História da Educação que sustentaram a abordagem teórica que adotamos para analisar o objeto pesquisado, não prescindimos, na trajetória da pesquisa, de nos capacitar sistematicamente nos assuntos concernentes à disciplina arquivística, pois tais conteúdos embasariam, em boa medida, os trabalhos de organização do acervo histórico.

Concomitantemente ao desenvolvimento do trabalho no 1º semestre da pesquisa, cursamos a disciplina extra curricular HH 766 – Tópicos Especiais em História – Arquivo e Centro de Documentação: a Custódia dos Arquivos Pessoais, ministrada pela Profa. Elaine Zanatta¹¹ e que foi oferecida pelo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) ao curso de graduação em História, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCH), na UNICAMP. O enfoque do curso é do domínio da Arquivologia e visou facilitar ao pesquisador/usuário a compreensão das rotinas das instituições arquivísticas, e cujo programa propôs o estudo de textos técnicos da área Arquivística e da Ciência da Informação, visitas a diversas instituições arquivísticas, reconhecimento dos

¹¹ Elaine Marques Zanatta é socióloga pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Licenciada em Educação, pela Faculdade de Educação da Unicamp e professora do Curso de Ciência da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia da PUC-Campinas. Mestre pela ECA-USP é também especialista em Organização de Arquivos pelo IEB-USP e em Ação Cultural pela ECA-USP. (http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_servicos/website-ael_servicos-cursos.htm - site visitado em 31/10/08)

instrumentos de pesquisa de arquivos, contato com a documentação, além de ampla discussão sobre as preocupações atuais acerca da vulnerabilidade dos registros da informação e do conhecimento. Os itens do programa da disciplina que auxiliaram sobremaneira a compreensão e o desenvolvimento das atividades do projeto de pesquisa foram: *arquivística - princípios básicos, avaliação, classificação e ordenação; e instrumentos de pesquisa e difusão de arquivos.*

Na seqüência dos trabalhos, e durante todo o período de desenvolvimento da pesquisa, mantivemos leituras regulares de obras de referência no assunto como as de Heloísa Liberalli Bellotto; dos autores da Coleção Como Fazer, organizada pelo Arquivo do Estado de São Paulo e publicada pela Imprensa Oficial do Estado; da ISAD-G – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, além de acompanhar e participar de eventos ocorridos na universidade, ao quais vieram agregar conhecimentos e contribuir para a formação nessa área da pesquisa:

- Seminário ***Educação e Patrimônio: Cultura Material Escolar***, através do Programa de pós-graduação em Educação, coordenação da Profa. Dra. Maria Cristina Menezes(FE/UNICAMP), com a participação de: Profa. Dra. Maria João Mogarro (Universidade de Lisboa), proferiu a conferência **“Os Arquivos Escolares nas Instituições Educativas Portuguesas”** em 03/08/2005; Profa. Dra. Margarida Louro Felgueiras (Universidade do Porto), ministrou a palestra **“Educação e patrimônio: Cultura Material Escolar”**, em 28/10/2005 e Prof. Dr. Antonio Gomes Ferreira (Universidade de Coimbra), com o tema **“O Trabalho com as Fontes na Pesquisa em História da Educação”**, em 09/11/2005.

- Fórum Permanente de Arte e Cultura, em agosto de 2005, evento realizado pelo CGU/CORI e organizado pelo CMU/CORI, com o tema: **“Museus: Espaços de Educação, Cultura e Memória”**, coordenação da Profa. Dra. Maria Cristina Menezes (FE – UNICAMP), com as palestrantes: Profa. Dra. Ana Chrystina Venâncio Mignot (UERJ), Profa. Dra. Inês Dussel (Coordenadora da Área de Educação FLACSO), e os palestrantes Prof. Dr. Jorge Ramos do Ó (Universidade de Lisboa) e Prof. Dr. Manuel Hernandez Vazquez (Universidade Politécnica de Madri).

- Fórum Permanente de Arte e Cultura, em abril de 2006, evento realizado pelo CGU/CORI e organizado pela Faculdade de Educação/UNICAMP, com o tema:

“**Educação Cultura e Arte**”, coordenação da Profa. Dra. Maria Cristina Menezes (FE/UNICAMP), e Profa. Dra. Olga Rodrigues Von Simson (FE/CMU/UNICAMP). Conferencistas: Prof. Dr. Rogério Fernandes (Universidade de Lisboa); Prof. Dr. Antonio Gomes Ferreira (Universidade de Coimbra); Prof. Dr. Manuel Hernández Vázquez (Universidade Politécnica de Madri); Prof. Dr. Joaquim Pintassilgo (Universidade de Lisboa) e Profa. Dra. Maria João Mogarro (Universidade de Lisboa).

- Palestra “**Questões sobre História da Educação**” com o Prof. Dr. Rogério Fernandes (Universidade de Lisboa), em 24/04/06, na programação do SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO – *Educação e Patrimônio: Cultura Material Escolar*, coordenado pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes (FE/UNICAMP).

- Fórum Permanente de Arte e Cultura, em outubro de 2007, evento realizado pelo CGU/CORI, com o tema: “*Pesquisas em Acervos e o acesso ao Conhecimento e a Cultura: os instrumentos de gestão de documentos*”, e contou com os palestrantes: Profa. Dra. Johanna Wilhelmina Smit (USP), com o tema “**A Organização e o Acesso à Informação dos Documentos de Arquivo**”; Profa. Dra. Ieda Pimenta Bernardes (coordenadora do SAESP), com a palestra “**O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo e a Implementação de Política Pública de Arquivos e Gestão Documental na Administração Paulista**”; Profa. Dra. Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional), com o tema “**A Gestão de Documentos nas Instituições Federais de Ensino Superior**”; Profa. Dra. Solange de Souza (UNESP), cuja palestra versou sobre o “**Centro de Documentação e Memória da UNESP**”; Luiz Atílio Vicentini (Coordenador do Sistema de Bibliotecas/UNICAMP), tratou do tema “**A integração de unidades de informação na Unicamp: Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação**”; Neire do Rossio Martins (Coordenadora do SIARQ/UNICAMP), com o tema “**Reformulação dos Instrumentos de Gestão de Documentos na Unicamp**”.

- palestra “**Museus Escolares e Culturas da Escola**”, com a Profa. Dra. Margarida Louro Felgueiras (Universidade do Porto), em 08/11/07, evento promovido pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes (FE/UNICAMP).

- *V SEMIN3RIO MEM3RIA CI3NCIA E ARTE; raz3o e sensibilidade na produ3o do conhecimento*, promovido pelo Centro de Mem3ria da Unicamp e Centro de Mem3ria da Educa3o FE/UNICAMP, dias 17, 18 e 19 de outubro de 2007, com o p3ster: **O ARQUIVO ESCOLAR COMO LUGAR DE MEM3RIA E DE HIST3RIA DA EDUCA3O: ORGANIZA3O DO ARQUIVO DO 3º GRUPO ESCOLAR DE CAMPINAS.**

3.1.1 Cercando o objeto

Encontramos o acervo documental da EE “Artur Segurado” disposto em uma sala que, até o ano de 1990, havia se prestado ao serviço de atendimento dentário. Segundo informações colhidas com o pessoal da administração, desde quando aquele espaço foi ocupado pelo arquivo, toda a documentação da escola foi reunida e centralizada ali, salvo a documentação de circulação diária. Parte considerável dos documentos estava (e permanece) guardada em caixas de polionda, tratando-se, a maioria, de prontuários de alunos e de professores. Também localizamos livros, cadernos, jornais e documentos avulsos empilhados sobre prateleiras. O espaço é dividido com uma biblioteca composta majoritariamente por coleções de livros enciclopédicos e para-didáticos, e com materiais escolares de consumo, organizados em estantes de aço e de madeira. Há também uma mesa ampla com gavetas, que serviu para nossa utilização, e que conferiu comodidade na execução das tarefas por nós realizadas.



Figura 1. Arquivo escolar EE Artur Segurado em maio de 2005

O acervo, assim percebido, podia ser considerado relativamente organizado, revelando uma situação distinta daquela que nossa equipe encontrou na EE “Carlos Gomes”. Contudo, o exame do espólio revelou que esse trabalho não foi realizado por sujeitos que detivessem o domínio, ainda que parcial, dos princípios teóricos/metodológicos da arquivística. Não detectamos uma lógica razoável na disposição encontrada, porém não faltaram vestígios de que haviam sido movidos esforços, por mais de uma vez, no sentido de sistematização do acervo.

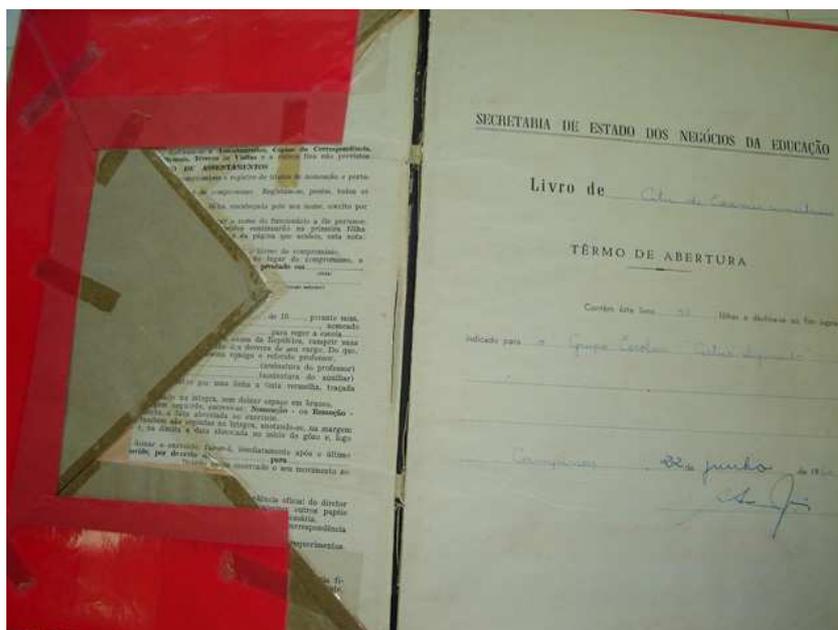


Figura 2. Índícios de conservação e organização do acervo - o livro de Atas de Exames foi encapado e referenciado três vezes.

Segundo GONÇALVES(1998), no Brasil, não é comum encontrar na maior parte dos organismos acumuladores/produtores de arquivos, documentos classificados de acordo com a estrutura ou com as funções que os geraram:

Mais comumente, a organização dos documentos de arquivo costuma ser resumida à sua ordenação – após serem separados por tipo ou espécie, são ordenados cronologicamente, alfabeticamente ou numericamente. (GONÇALVES, 1998, p.13).

Os procedimentos apontados por GONÇALVES(1998) como usuais na organização de papéis administrativos são insuficientes para informar sobre os vínculos da documentação com o organismo produtor, pois inexitem ou são pouco claros os critérios de classificação documental, dificultando o acesso às informações contidas no arquivo. Esclarece ainda a autora:

Nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente e fora dos quadros gerais de sua produção – ou, expresso de outra forma, sem o estabelecimento de seus vínculos orgânicos. Por conseqüência, a classificação torna-se condição para a compreensão plena dos documentos de arquivo – tanto a perspectiva de quem os organiza como de quem os consulta. (Idem, ibidem, p.13).

Os conhecimentos adquiridos da disciplina arquivística foram de extrema relevância na tarefa que iniciávamos: buscamos pautar nossas ações na teoria e os princípios básicos da arquivologia, os quais nos garantiram maior segurança no trato, reconhecimento e organização da massa documental acumulada. São eles - definidos por BELLOTTO(2002):

1. *princípio da proveniência* – é a marca de identidade do documento relativamente ao produtor/acumulador, o seu referencial básico, o “princípio, segundo a qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”.

2. *princípio da unicidade* – ligado à qualidade “pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem”. (...) ele é único, não podendo, em qualquer hipótese, haver outro que lhe seja idêntico em propósito pontual, nem em seus efeitos.

3. *princípio da organicidade* – sua condição existencial. É a “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas”.

4. *princípio da indivisibilidade* – sua especificidade de atuação. Fora do seu meio genético, o documento de arquivo perde o significado.

Tais conceitos foram paulatinamente compreendidos e apreendidos no percurso do trabalho, haja vista que uma das premissas para um entendimento efetivo era justamente o estabelecimento de relativo grau de familiaridade com o objeto pesquisado. O conhecimento da *teoria das três idades*¹² dos documentos teve um caráter mais imediato relativamente ao trabalho com o volume documental encontrado, e veio nortear com propriedade nossas ações frente à necessidade de “localização” do objeto de pesquisa. Nossa incumbência era tratar e organizar do *arquivo histórico*, também chamado de arquivo permanente, ou seja, a documentação em idade inativa – assim definida por já terem findadas as razões jurídicas e administrativas pelas quais foi gerada. Era preciso delimitá-la em meio a uma massa documental, diga-se, bastante extensa. (...) era preciso devassar a “caixa preta”¹³. Mas... qual era a medida dos documentos históricos no conjunto arquivístico?

Abordando a teoria das três idades com a noção de ciclo vital dos documentos administrativos, BELLOTTO(2006) explicita os tempos aproximados que correspondem às três fases de vida dos documentos. A primeira é a do arquivo corrente, que é mantido junto ao produtor/administrador – em razão da frequência com que são consultados - e abriga os documentos que estão no pleno exercício das funções pelas quais foram gerados. O tempo de vigência dos papéis nesse arquivo depende de sua tipologia/função e pode ser generalizada a um ano, podendo, sequencialmente, passar a um arquivo central do próprio órgão gerador, onde permanecerão de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, sem que isso, esclarece a autora, seja considerado uma outra idade. A segunda fase é a do arquivo intermediário, na qual os documentos já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, ainda podendo ser utilizados pelo produtor. *É nessa fase que os documentos são submetidos às tabelas de temporalidade, que determinam seus prazos de vigência e de vida, segundo as respectivas tipologia e função*

¹² Teoria baseada no ciclo de vida dos documentos, segundo a qual os arquivos podem ser correntes, intermediários e permanentes. (BERNARDES, 1998, p.46).

¹³ Expressão usual de pesquisadores do currículo (APPLE, 1982) e mais recentemente da cultura escolar (JULIA,2001).

(BELLOTTO,2006, p.24). Permanecerão em um arquivo central pelo prazo aproximado de 20 anos. Sobre a última fase do ciclo vital dos documentos, esclarece ainda a autora :

Abre-se a terceira idade aos 25 ou 30 anos (segundo a legislação vigente no país, estado ou município), contados a partir da data de produção do documento ou do fim de sua tramitação. A operação denominada “recolhimento” conduz os papéis a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes. A custódia não se restringe a “velar” pelo patrimônio documental. Ultrapassando totalmente o uso primário, iniciam-se os usos científico, social e cultural dos documentos. (BELLOTTO, 2006, p.24).

À luz desses conhecimentos e frente à premência de delimitar no conjunto arquivístico os documentos que estariam inclusos na categoria de idade inativa e na condição de arquivo permanente, consideramos toda a documentação produzida e registrada até o final da década de 60 e início da década de 70, decidindo por contemplar a fase em que a escola funcionou como Grupo Escolar – um modelo de escolarização primária que foi posto em prática pelo projeto de educação proposto pelo regime republicano no final do século XIX, em São Paulo. Efetuamos um levantamento geral e a identificação, ainda sumária, da totalidade da massa documental, para então separar a parcela do acervo relativa ao período em questão: de 1910, ano de criação do Grupo Escolar a 1970, ano de sua extinção.

3.1.2 Tratando o objeto

Partindo do pressuposto que toda matéria orgânica sofre degradação natural, por meio de agentes físicos, químicos, biológicos e ambientais, além de possíveis fatores provocados pelo ser humano, podemos concluir que documentos cujo suporte físico é o papel não escapam a essa regra, haja vista sua matéria prima e a dependência por cuidados. Ainda que seja um dos suportes físicos da informação que possui grande longevidade, o papel está sujeito a ação do tempo, mas antes, das circunstâncias estruturais que o cercam. Sua existência está na razão direta da sua conservação.

No decurso da pesquisa, recebemos capacitação para obter o domínio de técnicas de conservação e preservação de documentos textuais e iconográficos – higienização, desinfestação, e acondicionamento - em oficinas organizadas pela professora orientadora do projeto. Tais processos técnicos contribuem para conferir estabilidade ao suporte material da informação das unidades documentais, pois além de receber tratamento físico adequado, cada item é acondicionado de modo a minimizar a ação de possíveis agentes de degradação.

É pertinente considerar que a localização e as condições físicas da sala que abriga o arquivo escolar da EE “Artur Segurado” oferecem um ambiente cujo grau da umidade relativa é razoável (não existem infiltrações de água nas paredes e no teto); não há grandes variações de temperatura, sendo indireta a incidência da luz solar (a direção da escola pensa em providenciar uma cortina para a janela da sala); e aparentemente o local está livre do risco de incêndio (fiação elétrica em bom estado). Encontramos a maior parte da massa documental em condições físicas de relativa estabilidade e razoável estado de conservação. Porém, conforme avançamos na exploração do arquivo encontramos focos de infestação por cupins, situação que demandou não somente a prática de desinfestação dos documentos atingidos, como também ações, junto à diretoria da escola, no sentido de contornar e buscar eliminar o problema.

Para realizar o procedimento de higienização e acondicionamento recebemos um *kit* com materiais necessários para sua execução, contendo: luvas cirúrgicas e luvas de algodão, máscaras cirúrgicas com elástico, tesoura, régua, trinchas de higienização,

pincéis, estilete e TNT (tipo de tecido). A posteriori, adquirimos um jaleco para a proteção das vestimentas e do corpo, toucas de proteção descartáveis e cartolinas, estas, cedidas pela administração da escola, e que utilizamos na confecção de pranchas próprias para o exercício de higienização dos documentos.

Esse trabalho consiste basicamente em subtrair o quanto possível da superfície do suporte físico dos documentos, o pó, a sujeira acumulada, partículas sólidas incrustadas, e possíveis agentes de degradação física. Estes podem ser biológicos, como: ovos ou excrementos de insetos, ou artificiais: alfinetes, grampos, cliques e presilhas de metal, fitas e papéis adesivos. As peças de metal oxidam com a ação do tempo e da umidade, causando importantes danos aos documentos e os adesivos são nocivos à integridade dos mesmos, por conterem amido - matéria nutritiva - na composição da cola, podendo atrair agentes biológicos nocivos.

No procedimento de higienização é usado um pincel ou uma trincha de modo a “varrer” em movimentos suaves toda a extensão da superfície do documento, cuidando para que essa ação se verifique em uma única direção, sempre contrária ao corpo. A adoção dessa prática contribui para minimizar ocorrências possíveis como irritação ocular, problemas respiratórios ou manifestações alérgicas devido a absorção de microorganismos e poeira pelas vias respiratórias, pelos olhos ou pela pele, ainda que se utilize aparato de proteção como jaleco, touca, máscaras, óculos e luvas. Deve-se retirar manual e cuidadosamente materiais metálicos aderidos aos documentos e com o uso do estilete e de extrator de grampos remover as fitas adesivas e grampos de metal. O resíduo acumulado no interior da prancha de higienização – projetada para reter a sujeira - deve ser subtraído com o auxílio de um aspirador de pó, ou, na sua falta, recolhido manualmente e imediatamente descartado.



Figura 3 - Momentos do processo de higienização em documentos textuais - 2005 e 2007: procedimento moroso e delicado. Máscaras, luvas, touca e jaleco: proteção contra microorganismos e excesso de pó.

O mesmo trabalho foi realizado com as coleções de fotografias, as quais exigiram um tratamento especial, com o uso de luvas de tecido e pincel com cerdas apropriadas. O acervo fotográfico aguarda acondicionamento definitivo em suportes adaptados às suas necessidades e que estão sendo providenciados no âmbito do projeto maior. As fotografias - fragmentos da memória da escola - foram digitalizadas, porém, para que se possa proceder à organização documental do acervo fotográfico e compor um banco de dados digital será preciso desenvolver um trabalho de pesquisa sobre a autoria, as datas, as personagens e os contextos de produção que as descrevem. (...) tarefa prevista para tempo futuro, no âmbito do projeto maior.



Figura 4. Higienização de documentos iconográficos - luvas de tecido e pincel apropriado.

A técnica de higienização de documentos, para além do tratamento e da conservação do material arquivístico, visa promover maior proteção a saúde daqueles que entrarão em contato com a documentação – potencialmente, o pessoal da administração escolar e, eventualmente, comunidade escolar e pesquisadores interessados.

O acondicionamento apropriado das peças higienizadas é o procedimento final que irá conferir estabilidade ao suporte, notadamente por minimizar a ação de agentes de degradação física e proteger contra a poeira. Cada formato documental requer um modelo que se lhe aproprie: pastas, envelopes de papel com pH neutro, caixas de papelão ou polionda, etc. A maioria das peças documentais que higienizamos é de formato livro, e o restante, folhas avulsas, de variados tamanhos. Utilizamos, para o revestimento das unidades, porções de TNT, um tipo de tecido leve, macio e poroso, qualidades as quais, além de proteger com delicadeza, permitem o arejamento da peça. As unidades devidamente embaladas em TNT foram referenciadas antes de serem colocadas em caixas de papelão que foram projetadas no âmbito do projeto maior para atender à função de acondicionar, proteger e organizar fisicamente a documentação, através da notação (número de ordem) que fornece o “endereço” de cada documento no conjunto organizado.



Figura 5. Acondicionamento das peças documentais – embaladas em TNT, referenciadas e guardadas em caixas apropriadas, projetadas para esse fim.

O processo de desinfestação ocorre somente nos documentos que foram ou estão sendo alvo do ataque de microorganismos (fungos), insetos (brocas, cupins, traças, baratas) ou roedores. O material atingido deve ser imediatamente isolado e encaminhado para a desinfestação, um procedimento que consiste na permanência dos documentos afetados - por um prazo de 7 (sete) a 14 (catorze) dias - num sistema fechado composto por uma câmara de plástico resistente acoplada a um cilindro de gás nitrogênio¹⁴. O material infestado é inserido no reservatório plástico, de cujo interior é extraído, por sucção, todo o oxigênio, sendo substituído pelo referido gás. Na operação dessa técnica não há riscos de intoxicação para quem executa, mas o gás é letal para os insetos e/ou ovos depositados por eles, condição que evita a perda do documento e assegura maior proteção no manuseio do mesmo. Ultrapassado o período necessário à

¹⁴ No início da implementação do projeto maior ao qual este esteve vinculado, na EE “Carlos Gomes”, o grupo de trabalho recebeu consultoria relacionada ao conhecimento das técnicas para conservação de documentos em suporte papel, que foi obtida junto aos técnicos do AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP.

desinfestação, os papéis são então submetidos à higienização, que se fará de modo ainda mais cuidadoso, haja vista a condição de maior fragilidade física em que se encontram.

Em tempos distintos, localizamos no acervo documental da EE “Artur Segurado”, dois focos de infestação por cupins. Na primeira ocasião, os documentos atingidos foram isolados para serem conduzidos ao processo de desinfestação, que foi realizado em equipamento pertencente à instância do projeto matriz e localizado na EE “Carlos Gomes”, quando os documentos foram colocados em sacos de plástico de barreira e submetidos à ação do nitrogênio. A direção da escola foi notificada do problema, para que providências cabíveis pudessem ser tomadas. Na ocasião, tivemos ciência que um serviço de descupinização havia sido contratado e executado durante as férias escolares de janeiro/07, em decorrência da existência de focos de infestação percebidos em vários pontos da escola.

Em breve tempo, localizamos, ao acaso, outro foco de infestação por cupins, ainda que de pequenas proporções, desta vez numa coleção de livros da biblioteca, em uma ocasião que consultávamos aleatoriamente os livros, movidos pela curiosidade de conhecer os títulos do acervo. A direção da escola acionou novamente a empresa de descupinização, cobrando revisão do serviço. A solução dada pelos técnicos foi a aplicação de produtos tóxicos nas prateleiras e paredes da sala, diferentemente dos procedimentos anteriores, quando se buscou combater as colônias de insetos aplicando o veneno no solo, abaixo do piso, através de perfurações no mesmo. Para essa operação foi preciso esvaziar as prateleiras: iniciamos essa tarefa, inspecionando livros (em sua maioria, para-didáticos) e coleções de enciclopédias, submetendo-os ao processo que chamamos de primeira higienização, ou seja, um procedimento superficial de tratamento físico. Foi forçoso deixar de lado os trabalhos no arquivo, mas era imprescindível dar assistência à biblioteca, ocasião aproveitada para fazer um levantamento, ainda que sumário, das coleções existentes.



Figura 6. Focos de infestação por cupins.

Hoje, um dos problemas com os quais a escola se depara é a dificuldade de combater a colônia de cupins que está instalada em boa parte do subsolo: o serviço de descupinização foi acionado três vezes e o problema persiste. Urge achar solução para essa situação que ameaça diretamente a integridade do arquivo.

Embora a organização e o tratamento do acervo bibliográfico e do material museológico referente ao período pesquisado não estivesse na centralidade dos objetivos do projeto, buscamos, com o auxílio de funcionários da escola, reunir nas dependências do arquivo, materiais escolares fora de uso, uma prática, que já tinha sido iniciada pelos diretores e funcionários da administração, de busca e coleta de objetos e materiais, sobretudo os mais antigos, que pudessem contribuir para resgatar a história da escola. Fomos informados que parte do acervo bibliográfico e dos materiais de uso do laboratório científico migrou para a EE “Aníbal de Freitas”, em 1996, quando para lá foram transferidas as turmas de 5^a a 8^a série, em cumprimento das deliberações do governo do Estado relativamente ao ensino fundamental. Não são nulas, portanto, as possibilidades de resgate, ao menos de parcela, desse material.

Encontra-se hoje no mesmo espaço do arquivo permanente, livros e coleções antigas, troféus e taças de premiação esportiva, slides e filmes científicos, aparelhos e utensílios de uso em laboratório de Ciências, globos, entre outros. Essa demanda buscou

atender, em parte, aos propósitos do projeto maior que prevê a inclusão desses itens na organização de um Centro de Documentação na EE “Artur Segurado”.



Figura 7. Reunião dos materiais museológicos e biblioteca histórica



Figura 8. Diploma de normalista de Arthur Victor de Azevedo Segurado – documento mais antigo do acervo, datado de 1889.

3.1.3. Conhecendo a tipologia documental do arquivo

Realizada a identificação preliminar da massa documental do acervo, a seleção dos itens a serem organizados (pertencentes ao arquivo permanente) e os procedimentos de higienização e acondicionamento desses documentos, procedemos a referenciação dos mesmos coletando dados pormenorizados das unidades documentais, como título, datas-limite, conteúdo, dimensão e situação do suporte físico. Esse procedimento pré-classificatório permitiu o conhecimento da tipologia documental que constitui o arquivo, e facultou gradativamente, na seqüência do trabalho, a percepção de relações que uniam e hierarquizavam as peças documentais num todo orgânico. Essa condição é possibilitada e sustentada pelo princípio *da organicidade*, já referido anteriormente, que define a condição existencial do acervo, ou seja, a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. Vejamos a contribuição de CARUCCI (1994):

Cada documento singular se considera em relação funcional com outros que formam parte do fluxo burocrático de um determinado ato administrativo. Tem, portanto, a ver com os objetivos, as funções e a estrutura interna da entidade produtora. (CARUCCI, 1994 apud BELLOTO, 2002, p.22).

A seguir relacionamos os tipos documentais encontrados e as respectivas datas-limite:

- livro de Ponto de Pessoal (1910 a 1970)

- livro de Matrícula (1929 a 1931- seções feminina e masculina; 1935 – seções feminina e masculina; 1939 – seções feminina e masculina; 1940 a 1945 – seção feminina; 1945 a 1955 – seção masculina)

- livro de Atas de Exames (1929 a 1952)

- mapa de Movimento(1930 a 1970)
- livro de Registro Escolar; Matrícula, Professores e Aparelhamento Escolar - modelo I (1949-50)
- planta do prédio escolar
- livro de Registro de Termos de Visita de Inspeção e Fiscalização ao Gabinete Dentário (1950 a 1990)
- livro de Correspondências (1958 a 1962)
- livro de Penalidades (1945)
- livro de Termos de Visitas Oficiais (1965 a 1988)
- livro de Inventário (1945 a 1969)
- livro de Atas de Reunião da Associação de Pais e Mestres (1969-1970)
- monografia: Atuação do S.S. no Grupo Escolar Artur Segurado em Campinas (1964)¹⁵
- texto biográfico: *Artur Segurado: Um Educador. Elogio ao Patrono da Cadeira Nº 21 da Academia Campinense de Letras.*
- boletim de notas e de comportamento de discentes
- prontuário do diretor Arthur Victor de Azevedo Segurado contendo termos de nomeações nas diversas funções que ocupou no exercício do magistério e diploma de normalista¹⁶

Contabilizamos 140 itens documentais, vários deles compondo *séries*¹⁷. Em número de 12 (doze) foram os tipos documentais encontrados, sendo que os quatro

¹⁵ Documento agregado ao arquivo por razões a serem investigadas.

¹⁶ Documentação recentemente recolhida ao acervo escolar através de doação efetuada por familiares do patrono da escola.

¹⁷ *Conjunto de documentos resultante do exercício da mesma função ou atividade, documentos estes que têm idêntico modo de produção, tramitação e resolução.* (BERNARDES, 1998, p.19). *O caráter serial e coletivo dos documentos arquivísticos coloca a série – e não os documentos isolados – como a unidade documental básica.* (LOPEZ, 2002, p.38)

últimos itens acima relacionados foram classificados como *dossiês*, definidos por NUNES (1992) como sendo uma unidade de arquivamento formada por documentos diversos, pertinentes a um determinado assunto ou pessoa.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, da Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo, a definição para *tipo documental* é dada como: *configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou*. Torna-se forçoso definir, através da mesma fonte, o termo *espécie documental* entendido como: *configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas*.

O estudo e análise das *espécies documentais* são aplicações práticas da teoria/metodologia da Diplomática, uma das áreas das Ciências Documentárias. Já os *tipos documentais* são objeto da Tipologia Documental, outra área das referidas ciências, sendo considerada uma *ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora* (BELLOTTO, 2002, p.19). Não nos compete aqui discorrer sobre as origens históricas dessas disciplinas, e pormenorizar as diferenças que as tornam autônomas, porém não podemos nos furtar de fazer pertinentemente algumas observações, com o respaldo de BELLOTTO (2002), sob risco de interromper a fluência de entendimento do leitor não familiarizado com essa área de estudo.

A Diplomática ocupa-se da *estrutura formal* dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Secundada por CARUCCI (1987), BELLOTTO (2002) aponta a *unidade arquivística elementar* como o objeto dessa disciplina, analisada enquanto espécie documental, cujos aspectos formais definem a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto os relativos à sua produção quanto os relacionados aos seus efeitos.

Já a Tipologia estuda o documento enquanto componente de *conjuntos orgânicos*, isto é, como integrante de séries documentais que são conjuntos de documentos correspondentes à mesma atividade. Com HERRERA (1985), BELLOTTO (2002) entende que a Tipologia concede maior importância ao procedimento administrativo,

dando relevância ao conjunto orgânico no qual o documento se situa, e não ao “discurso” de cada um. Esclarece ainda a autora:

Os documentos arquivísticos formam conjuntos internamente inseparáveis, correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento de uma entidade pública ou privada (ou pessoa física) no exercício de suas funções. [...] se essas acumulações arquivísticas testemunham a existência e o funcionamento da entidade como um todo, evidencia-se que tais documentos não têm sentido se tomados isoladamente. [...] É nesse sentido que as informações são orgânicas, porque guardam entre si as mesmas relações que se formam entre as atribuições, competências, funções e atividades das entidades. (BELLOTTO, 2002, p.22-3)

O objeto da Tipologia é, portanto, a lógica orgânica dos conjuntos documentais. Como esclarece BELLOTTO (2002), a classificação, avaliação e descrição documental são tarefas arquivísticas básicas e são concretizadas pela aplicação e metodologia da análise diplomática e/ou tipológica. E com BERNARDES (1998), entendemos que a primeira atividade requerida no processo de organização arquivística é o estudo da estrutura e funcionamento do órgão produtor, a fim de que se possa elaborar uma classificação lógica do fundo documental. Sobre essa metodologia, assim se expressa a autora:

É uma atividade intelectual que consiste em reconstruir, mediante pesquisa na legislação, a origem e a evolução da estrutura organizacional e funcional do órgão produtor dos documentos. A classificação deve materializar-se na elaboração de instrumentos de trabalho: compilação da legislação e confecção de organogramas que representem a estrutura orgânica hierarquizada do órgão e suas subdivisões internas, que são as unidades geradoras dos documentos. O trabalho de classificação deve interagir com a análise dos conjuntos documentais a fim de se identificar as funções ou atividades informalmente exercidas. (BERNARDES, 1998, p.18).

Documentos de arquivo são produtos que todo e quaisquer organismo – pessoa física ou jurídica – produz durante o exercício de suas funções e atividades, inserido num determinado contexto de produção.

Para efetivar a realização dos procedimentos de organização do conjunto documental do arquivo da EE “Artur Segurado” era preciso reconhecer aspectos como: sua proveniência, sua vinculação às competências, funções e atividades da instituição, seu conteúdo, sua datação e estabelecer associações entre as espécies e os tipos documentais encontrados.

Para tanto, era imperativo avançar nas investigações sobre a história da escola a partir das origens, contemplando, sobretudo, a perspectiva da estrutura e funcionamento da instituição de ensino, visando à compreensão do contexto de produção da documentação arquivística.

4. CAPÍTULO III

Lugares de memória e história

4.1 Investigação bibliográfica

Através do conhecimento das funções primordiais da instituição, ou seja, das atividades-fim (cumpridas no exercício de suas funções) e das atividades-meio (que servem como suporte) desenvolvidas durante o percurso da história institucional seria possível propor um plano de organização arquivística, diga-se uma classificação e uma ordenação de documentos, coerentes e bem fundamentadas. Sobre isso, assinala GONÇALVES (1998):

Definir atividades-fim e atividades-meio e relacioná-las a funções mais abrangentes já significa reunir elementos para a classificação dos documentos. A reunião lógica das funções e atividades, com a percepção de sua maior ou menor autonomia ou subordinação interna, permitirá a elaboração do plano de classificação (GONÇALVES, 1998, p.22).

O processo de organização do arquivo histórico se efetuou dentro da proposta de articulação com a história dessa instituição pública de ensino, almejando a elaboração de um *quadro de arranjo*¹⁸ que viesse espelhar, o quanto possível, o funcionamento administrativo e pedagógico da instituição de ensino. Para tanto, buscamos identificar e conhecer a estrutura organizacional e funcional que vigorou na escola durante o período contemplado na investigação, visando entrever níveis hierárquicos e relações orgânicas estabelecidas entre os tipos documentais encontrados no acervo. Para isso, foi preciso um levantamento da evolução institucional, abarcando a legislação que criou e

¹⁸ Convencionou-se entre os arquivistas chamar de **quadro de arranjo** aquele aplicado a **arquivos permanentes** e de **plano de classificação** o destinado a **arquivos correntes** (GONÇALVES, 1998).

regulamentou a escola, visando o conhecimento de possíveis alterações, acréscimos e supressões de órgãos internos e de funções, estas, responsáveis por gerar a própria tipologia documental.

Tal objetivo foi almejado através do cruzamento das informações obtidas em investigações feitas em diversos locais de pesquisa ou, *lugares de memória* (NORA,1993), com os dados coletados nas fontes primárias do arquivo escolar, buscando entender, nesse exercício, o contexto de produção do acervo.

Pesquisamos na Hemeroteca João Falchi Trinca e Arquivo Fotográfico do Centro de Memória da Unicamp (CMU), no Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp, na Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas, no Arquivo do Estado de São Paulo, no Centro de Ciências Letras e Artes, na Academia Campinense de Letras e o no Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU), recolhendo informações em diversas fontes secundárias, almanaques, livros de atas, anuários de ensino, jornais da época e coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

Os documentos, administrativos e pedagógico, gerados, recebidos e acumulados pelas instituições escolares não podem ser entendidos isoladamente, mantêm uma relação orgânica entre si que pode ser deflagrada na observação da totalidade dos documentos que compõem o acervo. Analisados em seu conjunto – desde que este se apresente minimamente preservado e reunido - os arquivos escolares podem fornecer pistas sobre a estrutura orgânica hierarquizada que os gerou.

No acervo escolar analisamos a tipologia documental, catalogando dados dos documentos primários, atentos, sobretudo, aos registros sistemáticos e próprios de cada tipo documental, buscando identificar-lhes o suporte físico, a forma, o formato, o gênero e a espécie, mas, não somente. Voltamos nossa atenção para possíveis e eventuais indícios que pudessem auxiliar na compreensão do fazer ordinário, diga-se, das práticas dos sujeitos escolares no exercício de suas atividades naquele contexto social. Com Chartier (2001), (...) *considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles.* (CHARTIER, apud MENEZES, 2001, p.62), buscamos encontrar nas fontes primárias do arquivo, oriundas das práticas cotidianas escolares, possíveis vestígios que permitissem entrever processos de circulação e apropriação da cultura escolar.

A guisa de introdução ao trabalho de levantamento bibliográfico, apresentamos um breve preâmbulo sobre as condições históricas que deram existência à Escola Estadual “Artur Segurado”:

O terceiro grupo escolar a existir na cidade de Campinas foi criado no contexto das reformas educacionais realizadas no estado de São Paulo no final do século XIX, no âmbito do regime republicano. O ideário propugnado pelas lideranças políticas no Estado materializava-se - por força dos discursos que consubstanciavam o projeto civilizatório da nação, via ilustração - através da instalação de Grupos Escolares que foram, paulatinamente, se constituindo, por excelência, como instituição exclusiva para a promoção do ensino público primário, a qual adquiriu finalidade cívica, moral e instrumental (SOUZA, 1998 b). Apostou-se na nova *forma escolar* (VINCENT, 2001) buscando atender aos imperativos do projeto republicano de promoção do desenvolvimento e progresso da nação através da formação escolar baseada na ordem e na disciplina, (im) postas por tempos, espaços e saberes específicos. [...] *a educação era instrumento de formação do cidadão republicano. Vinculava-se portanto à sobrevivência e a consolidação do novo regime* (SOUZA, 1998 b, p.27). Ainda, SOUZA(1999):

Essa modalidade de escola primária foi implantada, pela primeira vez no Brasil, no estado de São Paulo, em 1893, e correspondeu, na época, a um novo modelo de organização administrativo-pedagógica da escola primária com base na graduação escolar – classificação dos alunos por grau de adiantamento -, no estabelecimento de programas de ensino e da jornada escolar, na reunião de vários professores e várias salas de aula em um mesmo edifício-escola, na divisão de trabalho e em critérios de racionalização, uniformidade e padronização do ensino. (SOUZA, 1999, p. 104).

A renovação pedagógica proposta pela introdução do método intuitivo em substituição ao método tradicional, pelos grupos escolares em substituição às escolas isoladas, o método simultâneo em substituição ao individual foi uma revolução no âmbito educacional (SOUZA, 1998 b).

A nova organização escolar revelava traços de uma instituição cuja estrutura havia sido projetada para permanecer, em detrimento das dificuldades e contradições, e com isso, compartilhar impávida o cotidiano social nas crises e nas glórias. O

“nascimento” do 3º Grupo Escolar de Campinas, em 1910, ocorria no ano da “maioridade” do regime político então consolidado: a República brasileira contava com 21 anos de instalação. As condições que deram existência ao 3º Grupo Escolar de Campinas foram postas pelo projeto republicano de difusão da escola pública primária (no Estado de São Paulo através da lei nº 169, de 7 de agosto de 1893), e também pela emergência de atendimento à crescente demanda por vagas deflagrada, em parte, pelo intenso ritmo de recuperação do setor econômico que vinha se verificando na região de Campinas imediatamente após o flagelo causado pelo surto epidêmico de febre amarela nos últimos anos do século XIX.

A demanda sempre crescente por escolarização marcou não somente a importância do valor dado à educação formal, sobretudo pelos segmentos sociais das camadas populares, mas também as necessidades de ampliação do sistema educacional, em detrimento da falta de recursos financeiros e de vontade política. Nesse sentido, a nova forma institucional criada para firmar a introdução do país na era da modernidade se estabelecerá como importante e significativo agente de mudanças sociais, políticas e culturais no âmbito de formação da sociedade brasileira do século XX.

Porém, os ideais liberais que, no frescor do regime republicano influenciaram na pauta de decisões sobre políticas de educação popular em São Paulo, fazendo surgir em alguns pontos do Estado, prédios majestosos ou, templos de civilização (SOUZA, 1998 b), para abrigar “condignamente” os futuros cidadãos republicanos, recrudesceram frente às condições de existência: a falta de recursos financeiros e de infra-estrutura desequilibrava a balança oferta/procura em educação pública primária. As municipalidades eram convocadas a intervir, e elas o faziam segundo a disponibilidade de recursos e a força dos interesses políticos.

Para REIS FILHO (1981), as idéias de reforma social e política que convulsionaram lideranças da elite intelectual brasileira nos últimos tempos do Império e primeiros da República foram abortadas no nascedouro, ao se buscar reformar o ensino público a partir de modelos de instituições de países desenvolvidos: inexistiam condições para isso. A própria Constituição vigente no país, promulgada em 1891, favorecia esse quadro de coisas, ao estabelecer uma ordem jurídica que contemplou o princípio contratual de mercado – *laissez-faire*, redundando na atuação mínima do Estado.

Convém, nesse ponto do trabalho, fazer três ressalvas pertinentes:

Primeira: O *histórico* que se segue reflete uma, das muitas formas possíveis, de sistematizar informações pesquisadas, justificando a sua condição de ensaio. Ensejar esgotar um tema é pretensão equivocada. Nada está, ou, é passível de estar, pronto e acabado.

Considerando a perspectiva da análise do discurso, tomada a partir de Pêcheux e Courtine¹⁹, evidencia-se o caráter de incompletude que marca as formulações discursivas, as quais se constroem a partir de processos parafrásticos (estabilidade) e polissêmicos (deslocamentos) que estruturam e sustentam a linguagem. Em outras palavras: apoiamo-nos em discursos anteriores (memória discursiva, interdiscurso ou ainda, condições de produção do discurso) para formular nossas considerações (intradiscurso, ruptura dos processos de significação), às quais, não deixamos de conferir novos sentidos.

Segunda: A pesquisa bibliográfica se verificou no período que vai da criação da escola até os dias atuais²⁰, porém, contemplou mais apuradamente a história referente ao período de tempo “recortado” pelo projeto.

Terceira: Adotaremos a sigla **GE** para Grupo Escolar, dado ao uso reiterado desse termo.

¹⁹ Autores cujas teorias conhecemos através da obra da Profa. Dra. Eni Orlandi (IEL/UNICAMP), *Análise de discurso, princípios e procedimentos*, 1999.

²⁰ A explicação dessa deliberação será apresentada adiante, no capítulo 5 deste trabalho.

4.1.1 Histórico da EE “Artur Segurado”: um ensaio

É este o mais importante concurso que as municipalidades podem actualmente prestar. Este era o pensamento do legislador, quando determinou que: “na criação dos Grupos Escolares teriam preferência as cidades cujas comarcas efferecessem maior auxílio para esse fim”. (...) Quanto a Capital e outras cidades como Campinas, Taubaté, etc., os professores, já em exercício nas escolas isoladas, viriam, na sua maioria, fazer parte dos grupos creados, não argumentando por isso, a verba a despender.

Esse era o discurso do professor Ramon Roca Dorval, em artigo intitulado *Mais Grupos Escolares*, publicado na Revista de Ensino de abril de 1902, uma publicação bimestral da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, que era subsidiada pelo governo do Estado. A cidade de Campinas contava nessa época, com aproximadamente 13 escolas públicas²¹ (SOUZA, 1998) e dois Grupos Escolares: o 1º GE, mais tarde chamado GE “Francisco Glicério”, instalado em 1897, em prédio próprio, à Av. Moraes Sales, no Largo do Riachuelo, com capacidade para oito classes, e o 2º GE, depois nomeado GE “Dr. Quirino dos Santos”, instalado em 1900, à Rua: Costa Aguiar, na região central da cidade, atendendo 18 classes.

A emergência da instalação de um 3º Grupo Escolar na cidade se verificou pela insuficiência de vagas nos estabelecimentos escolares existentes, dada a demanda por escolarização acentuada em decorrência do rápido desenvolvimento da industrialização e urbanização da cidade. Segundo SOUZA (1998), a primeira informação que se tem sobre o 3º Grupo Escolar surgiu no jornal *Cidade de Campinas*, do dia 6 de janeiro de 1906, em artigo que destacou a insuficiência de vagas nas escolas da cidade:

²¹ Dados retirados do Almanaque de Campinas de 1892.

Não bastam as escolas isoladas do Estado, são insuficientes as aulas mantidas patrioticamente pela municipalidade, os cursos preliminares custeados pelos institutos particulares – Asilo de Órfãos, Circolo Italiani Uniti, Escola Alemã, Escolas das Lojas Maçonicas, etc, todas se acham abarrotadas de crianças de ambos os sexos. A necessidade, pois, de criar-se um 3º grupo escolar é irrecusável, presentíssima. (SOUZA, 1998, p.128).

Mais quatro anos passariam para que, pela resolução nº 344, discutida e deliberada em plenária da Câmara Municipal de Campinas, do dia 11 de março de 1910, a municipalidade, entendendo a emergência de mais um estabelecimento de ensino público na cidade, se comprometia com o Governo do Estado na sua instalação, dirigindo-se ao prefeito Orozimbo Maia, nos seguintes termos:

[...] a Câmara Municipal, em sessão extraordinária realizada hoje, deliberou autorizar essa Prefeitura a entrar em acordo com o Governo do Estado, pelos meios legais para instalação do terceiro grupo escolar, nesta cidade, nas condições seguintes: correrem por conta da Fazenda do Estado os aluguéis do respectivo prédio; pagará a Câmara metade do custo da obra de adaptação; e funcionarem as aulas do novo grupo dentro do prazo de sessenta dias.²²

Consta no Livro de Atas nº 165 da Câmara Municipal de Campinas - 1908 a 1910 - em registro assinado pelo presidente da Câmara, Lafayette Egydio de Souza Aranha em 11 de março de 1910, a notificação do endereço escolhido: Rua Barreto Leme, nº 14 (hoje, nº 1225) esquina com a rua Dr. Quirino, de propriedade do Dr. Adriano Julio de Barros. O prédio alugado tinha edificação simples de um pavimento, tendo a porta de acesso no nível da calçada: não tinha, portanto, a ostentação arquitetônica característica dos primeiros Grupos Escolares do Estado, mas não deixou de somar-se a eles na produção de uma nova cultura que marcaria indelevelmente as práticas sociais urbanas (SOUZA, 1998 b). A 17 de maio de 1910 deu-se a criação oficial do 3º Grupo Escolar de Campinas, e aos 30 dias daquele mês ocorreu a sua instalação no prédio adaptado para atender dez classes, funcionando em desdobramento

²² Assinou o documento Lafayette Egydio de Souza Aranha, presidente da Câmara. Informações colhidas no Livro de Correspondência da Câmara Municipal de Campinas – 1904 a 1910, estando também constantes no Livro de Leis e Decretos – 1910 a 1924, p.13.

de turnos: pela manhã a seção masculina e, à tarde, a seção feminina. A escola oferecia o curso primário graduado em 4 (quatro) anos.



Figura 9. Primeiro endereço à Rua Barreto Leme, de 1910 a 1951, instalado com a denominação de 3º Grupo Escolar de Campinas.

Em 24 de maio de 1910, ocorreu a nomeação do professor Arthur Victor de Azevedo Segurado que, na ocasião, era adjunto do 1º Grupo Escolar de Campinas, para exercer o cargo de diretor do 3º Grupo Escolar da cidade, por decreto de 24/05/1910 emitido pelo vice-presidente do Estado Fernando Prestes de Albuquerque.

Evidências mostram que não faltaram pompas e cerimônias para marcar o evento. O jornal *Comércio de Campinas*²³, de 10 de agosto de 1910, destacou a nota: *No dia 7 de setembro próximo será a inauguração oficial do 3º Grupo escolar desta cidade. Haverá, nessa ocasião uma festa que promete ser brilhante.* Contraditoriamente, o mesmo jornal, na edição de 29 de setembro de 1910, anunciou o acontecimento do mesmo evento: *O diretor do 3º Grupo Escolar oficiou à prefeitura, convidando a assistir a inauguração oficial daquela casa de ensino a 12 de outubro próximo.* O que explica o equívoco? Fragilidade administrativa? Insuficiência de recursos? Impedimentos pessoais? Questões a investigar... *As fontes não dizem tudo, nem podem, mesmo quando julgamos ter feito as perguntas certas* (FRANÇOIS, 1998 apud MENEZES [et al.], 2005, p. 68).

²³ Dados coletados na hemeroteca do Arquivo do Estado de São Paulo.

Segurado era paulistano, nascido aos doze dias do mês de abril de hum mil oitocentos e sessenta e nove e diplomado pela Escola Normal de São Paulo em 1889. Permaneceria na função de dirigente da escola por 12 anos, quando então permutou o cargo com o diretor do Grupo Escolar do município de Santa Branca, interior de São Paulo, o professor Paulino Moniz Filho, no ano de 1922. Arthur Segurado faleceu em Campinas em 05 de julho de 1923.

Segundo uma fonte extraordinária (1965)²⁴ recolhida ao arquivo em 1969, o professor e diretor Artur Segurado usava a poesia como meio didático para melhor ensinar. Nas festas escolares e dias comemorativos, incentivava as práticas de declamação pelos alunos, de poesias temáticas (dia das aves, dia da árvore, festa das flores, e relativas à educação cívica e moral) - quase todas de sua lavra:

[...]Em geral o assunto de seus poemas é a glorificação simples e ingênua de efemérides nacionais, para que a petizada ficasse conhecendo história do Brasil e sentisse um pouco de patriotismo, ao comemorar datas cívicas (7 de setembro, 13 de maio, 21 de abril).

E ainda:

[...] fazia da literatura meio didático para melhor ensinar. Nada mais visava a sua arte de fazer versos que educar, além da aula, a poesia – o que explica a sua simplicidade de forma. Dava função prática aos versos, não pretendendo fazer poesia pura.

O diretor, que, segundo informações de seu prontuário, também ocupava a posição de capitão na Guarda Nacional, era afeito à causa do escotismo, educando com disciplina, como atesta Duarte,²⁵ autor do documento supra-citado:

²⁴ Trata-se do texto **Artur Segurado, um educador – Elogio ao Patrono da Cadeira nº 21 da Academia Campinense de Letras**, impresso na série de publicações da ACL, vol. 18 – 1968.

²⁵ Milton Duarte Segurado (sócio-fundador da cadeira nº21 da ACL). Nasceu em Campinas, São Paulo, a 07 de janeiro de 1923. cursou o Ginásio Culto à Ciência e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1949. Foi professor de Introdução ao Estudo do Direito em São João da Boa Vista e Bragança Paulista. Publicou poesias e artigos sobre música e musicistas em diversos jornais. São de sua autoria os livros *Sótão, poesias*, 1958; *Ecumênica, versos*, 1969; *Artur Segurado – Um Educador*, vol.18 de Publicações da Academia Campinense de Letras, 1968; *O Direito no Brasil*, 1972; *Campinas em Soneto*, 1985; *Introdução ao Direito*, 1979, etc. (Fonte: TOLEDO, Maria C. Arruda. *Resenha Histórica e Bibliográfica de Patronos, Sócios-fundadores e Titulares da ACL*. Campinas: Publicações da ACL nº51, 1997).

Percebe-se que era homem bom. Bom e enérgico. Como mestre-escola não deixava o “pito” para a aula de amanhã. E conta-se que um aluno, o seu xará Artur Nascimento, irmão de Adalberto, foi posto para fora da aula, com livro, caderno, carteira e tudo...

São pistas que permitem vislumbrar que, o patrono e primeiro diretor do 3º GE de Campinas, Artur Victor de Azevedo Segurado, fez coexistir na prática pedagógica a primazia da arte literária e a energia disciplinatória na formação da nova geração republicana que passou pelo 3º GE naquela ocasião.

Informações constantes em livros de Ponto indicam que entre 1922 e 1925, houve a formação de classes de 1º e 2º anos, designados primários, em caráter obrigatório e 1º e 2º designados médios, em caráter facultativo, situação que reflete a implantação da Reforma Sampaio Dória. Pela lei Nº 1.750 de 8 de dezembro de 1920 e pelo decreto nº 3.356 de 31 de março de 1921 foram implementadas novas diretrizes no ensino primário do estado de São Paulo. Em detrimento da excelência do curso primário nos Grupos Escolares do Estado, as taxas de analfabetismo, dadas a ver pelas estatísticas oficiais, causavam alarme: atingiam em torno de 72% da população paulista. A rede escolar do Estado era insuficiente. A pauta principal do debate entre as lideranças políticas que, à época prenunciava o movimento escolanovista, era a erradicação desse “mal” inibidor do desenvolvimento econômico e social com vistas à *democratização*²⁶ do ensino.

As medidas adotadas foram a concentração do ensino, a redução do curso preliminar para dois anos, oferecido diariamente em duas horas e meia de permanência na escola, e a obrigatoriedade escolar passava dos 7 (sete) para os 9 (nove) anos de idade. A justificativa dessas deliberações era atender a todos. Além dessas medidas, as intenções de promover o civismo nas novas gerações se fizeram presentes na obrigatoriedade da prática do escotismo e linhas de tiro nas escolas. Sobre essa questão não existem registros nos arquivos da escola, mas um artigo anônimo, publicado em 11 de março de 1940, pelo semanário *A Defesa*²⁷, intitulado *Uma Página de Trabalho*, dá conta que a primeira agremiação de escoteiros de Campinas foi organizada e dirigida

²⁶ O grifo é nosso, e foi usado para destacar a carga semântica dada a conceito largamente utilizado nos discursos dominantes à época.

²⁷ Dados pesquisados na Hemeroteca João Falchi Trinca, do Centro de Memória da Unicamp – CMU.

pelo professor Arthur Segurado: ... *a primeira agremiação de "Escoteiros" de Campinas foi organizada, dirigida e incentivada pelas normas patrióticas daquele educador ...*

Faltam registros que contemplem como se verificou a adesão ao novo sistema relativamente ao curso médio (já que era pago), mas há os que indicam que esse curso vigorou até meados de 1925, quando foi extinta a lei Sampaio Dória, por força das críticas da sua insuficiência para a minimização dos problemas educacionais existentes. Entrou em vigor o Decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925, que restabeleceu a antiga organização do curso primário, de 4(quatro) anos (SOUZA, 1999).

Dentre os dados analisados nas fontes primárias do arquivo escolar, observamos que boa parcela dos alunos matriculados em 1929, provinha de camadas populares, reflexo possibilitado pela análise das profissões exercidas pelos pais: jardineiro, operário, boiadeiro, maquinista, soldado, confeitoiro, colcheiro, tintureiro, encanador, vidreiro, pintor, carroceiro, condutor, chapeleiro, carteiro, açougueiro, alfaiate, sapateiro, tipógrafo, conferente, funileiro, *chauffeur*, ferreiro, artista... Porém, estavam presentes também alunos oriundos das camadas médias da população e, cujos pais, exerciam profissões de maior padrão social como: empresário do comércio, funcionário público, dentista, engenheiro, jornalista, oficial de justiça, professora, advogado, industrial... Observamos também que em torno de 50% dos alunos eram filhos de pais estrangeiros, citando numa sequência de maior para menor percentual: italianos, espanhóis, portugueses, libaneses, sírios, alemães, franceses e argentinos.

Outro dado observado de forma direta nos Livros de Matrícula e de forma indireta nos Livros de Ponto foi o número de alunos matriculados nos dois primeiros anos do Curso Primário comparativamente ao número de matrículas no 3º e 4º anos: um montante equivalente à aproximadamente metade dos alunos que haviam ingressado na escola recebiam a diplomação no Curso. As disciplinas avaliadas eram Aritmética, Linguagem, Geografia e História.

Os registros de matrículas efetuadas em 1929 revelam o caráter público da escola - para todos - ao receber uma clientela escolar heterogênea advinda das camadas popular e média. No entanto, o caráter democrático torna-se questionável quando os índices dão conta que boa parcela (+/- 50%) dos ingressantes do curso primário não obteve diplomação no 4º ano. Vemos traços da cultura escolar de seleção, quando

observamos a sujeição dos alunos à classificação: o ingresso e a permanência se dariam pelo grau de conhecimento. A rigidez dos exames, nas práticas de avaliação pautadas no mérito escolar, também denota um caráter segregador, e que conduzia a prática dos alunos no sentido da competição: (...) *uma avaliação sistemática e contínua fundada nos princípios da eficiência e racionalização nos quais a seleção passa a ser vista como critério de qualidade de ensino.* (SOUZA, 1999, p.135).

A década de 1920 foi fecunda em movimentos contestatórios da ordem política vigente. Relativamente à educação, a criação da Associação Brasileira de Educação - ABE, em 1924, representou a força de um grupo de educadores ávidos por mudanças em um cenário político e social tido como caótico e ultrapassado. As lutas ideológicas em torno da educação, travadas entre renovadores e conservadores nesse período, redundaram na publicação do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", em 1932, visando o estabelecimento de um projeto de lei que implantasse Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (...) um desiderato que demandaria 29 anos para ser alcançado.

A queda da República Velha em 1930 havia impelido novos rumos para a nação, por força das lideranças burguesas que almejavam o desenvolvimento econômico através do incremento da atividade industrial. A modernização do país era dependente da união de esforços nacionais e o governo federal passou por um processo de centralização, assumindo competências no âmbito social. A educação, vista como importante alavanca no processo de construção da identidade nacional passou a receber ordenações do governo central. Seguiu o governo Vargas, na primeira fase do novo regime, promovendo, em âmbito nacional, reformas na educação, com a adoção de uma política conciliatória relativamente às aspirações dos segmentos políticos. O Estado assume o dever com relação à educação pública, como reflete a Carta Constitucional de 1934.

O decreto nº 5884 de 21 de abril de 1933 instituiu o Código de Educação, assinado pelo general de divisão Valdomiro Castilho de Lima, então interventor federal do Estado de São Paulo. Foram previstas mudanças de natureza administrativa e pedagógica nos Grupos Escolares do Estado. Surgiu o Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar e ganhou ênfase a introdução de instituições auxiliares na escola como serviço médico e dentário, APMs e Caixas Escolares. O programa de educação primária abrangia as disciplinas: Leitura, Linguagem Oral e Escrita, Aritmética e Geometria,

Geografia, História do Brasil e Instrução Cívica, Ciências Físicas e Naturais, trabalhos manuais, desenho, caligrafia, canto e ginástica.

Indícios nos registros na documentação escolar dão a ver, ainda que de forma limitada, algumas implicações dessas deliberações no Grupo Escolar “Artur Segurado”, por exemplo, registro de ponto no cargo de educadora sanitária a partir de 1943 e de dentista, a partir de 1948. No livro de inventário de 1949/50 consta da relação dos materiais um piano, certamente usado para os exercícios de canto orfeônico. O programa de ensino adotado pode ser observado nos Livros de Atas de Exames desde 1932, contendo as disciplinas acima descritas, com exceção de Ciências Físicas e Naturais, que surge nos registros a partir de 1940 sob o nome de Noções Comuns, e mais tarde Conhecimentos Gerais.

Com o estabelecimento do Estado Novo, período político ditatorial do governo Vargas, as lutas ideológicas promovidas pelo poder legislativo enfraqueceram sob o pretenso império do Executivo que, outorgando uma nova constituição para o país, alterou, nos seguintes termos, a letra e o espírito da lei relativamente às obrigações do Estado com relação à educação popular: *“À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever na Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais”*. Não houve, portanto, nesse período histórico, a expansão da escola pública e as orientações do sistema existente não assumiram caráter democrático.

Com a criação de um significativo número de agências burocráticas, o Estado Novo visou à acentuação dos mecanismos de fiscalização e controle, também das escolas. As preocupações com o conhecimento estatístico se intensificam durante a década de 30, com a criação em 1934 do Instituto Nacional de Estatística, através do decreto Nº 24.609, de 6 de julho, o qual passa a se denominar, no ano de 1938, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (SANTOS, 2007).

Um dos registros documentais existentes no arquivo da EE “Artur Segurado” que atestam as implicações do governo central na imposição de mecanismos de controle na educação pública é o Livro de Registro Escolar – Matrícula, Professores e Aparelhamento Escolar, gerado pelo Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931.

Porém os registros existentes nesse documento datam somente dos anos de 1949 e 1950 e, algumas de suas evidências dão a ver que os propósitos de escolarização primária vinham se cumprindo. Animamo-nos, a partir da análise desse livro, em calcular e apresentar alguns dados estatísticos: em 1949, 86,4% dos pais e 87,8% das mães dos 206 meninos matriculados no grupo tinham formação no curso primário; 89,9% dos pais e 89,4% das mães das 189 meninas tinham formação no curso primário; e praticamente 100% dos pais e mães dos 15 meninos e das 11 meninas matriculados na classe infantil tinham formação no curso primário. Um percentual insignificante de pais tinha formação secundária e superior. Uma das possíveis leituras desses indicadores²⁸ é que a escola pública vinha formando gerações para atender as demandas de empregos no setor secundário da economia, então em crescimento no país, sendo que a maioria não prosseguia para outros níveis de escolaridade. Pelo menos 90% das mães eram donas de casa e a profissão dos pais variava entre comerciantes, funcionários públicos e diversas modalidades de trabalhos urbanos:

[...] pode-se dizer que os grupos escolares atenderam, na primeira metade do século XX, diversos grupos sociais, uma população heterogênea, em sua maioria filhos de trabalhadores urbanos mais bem inseridos no mercado de trabalho, além de setores médios, em menor número (SOUZA, 1999, 116-17).

Por decreto de 21 de novembro de 1939, emitido pelo Secretário da Educação, e publicado no Diário Oficial do Estado nº 266, foi alterada a denominação do 3º Grupo Escolar de Campinas para Grupo Escolar “Artur Segurado”, acontecimento que agradou professores afetos do nomeado patrono, conhecedores do seu trabalho no magistério público de Campinas, como atesta um artigo publicado no semanário A Defesa, em 11 de março de 1940:

Está, portanto, de parabéns a classe do professorado campineiro com esse grande acontecimento em nossa terra – qual seja o de se dar a um estabelecimento de ensino primário o nome de um professor. Vemos todos assim coroada de êxito a sugestão uma vez levantada no Rotary Club desta cidade por iniciativa do esforçado professor Floriano de Azevedo Marques, e mais tarde continuada e defendida

²⁸ Consideramos uma margem de erro de 1% para mais ou para menos nesses números, em decorrência de poucas lacunas encontradas nas informações.

pelo professor Jorge Leme, grande amigo do professorado, em uma série de artigos pela imprensa ...

Tal deliberação não alterou a estrutura organizacional da escola que continuou oferecendo o curso primário graduado em 4 anos. Em 1940, nas comemorações dos 30 anos da escola, o maestro Salvador Bove, membro da Orquestra Sinfônica Campineira, musicou o soneto *Andorinhas*²⁹, de autoria de Arthur Segurado. Na ocasião, a escola recebeu uma placa de bronze com a nova denominação do Grupo Escolar e um quadro com a figura do patrono executada a óleo (não identificamos a autoria): ambas as peças permanecem na escola.



Figura 10. Quadro do patrono e placa de bronze da comemoração dos 30 anos de existência da escola: cultura material simbólica gerando representações da escola republicana.

Buscas na biblioteca da Câmara Municipal de Campinas nos revelaram que, antes mesmo da criação do 3º Grupo Escolar na cidade, já havia pretensões de nomear o Grupo Escolar. Tal informação consta do Livro de Correspondência, nº 14, e data do dia

²⁹ O soneto está apresentado no capítulo IV deste trabalho, item 5.2 *Fontes Extraordinárias*.

31/05/1910, em documento endereçado ao Cel. Fernando Prestes de Albuquerque, então vice-presidente do Estado em exercício, sob o título: *Pedido de Denominação do 3º Grupo Escolar: Indico que a Câmara officia ao Governo do Estado, pedindo que ao 3º Grupo Escolar desta cidade seja dado o nome do Dr. Carlos Guimarães. Sala das sessões, 11 de maio de 1910.* Quem faz a indicação é o vereador Paulo Castro, buscando homenagear o então Secretário do Interior do Estado de São Paulo. A história revela que tal solicitação ficou no discurso.

Recém findado o regime ditatorial do Estado Novo, foi decretada a primeira lei nacional que regulamentou o ensino primário: pelo decreto-lei Nº 8.529, foi promulgada, no dia 2 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário, elaborada pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema. As novas diretrizes estabeleciam a subdivisão do ensino primário em duas categorias: o curso primário fundamental (dividido em elementar, com 4 anos de duração e complementar, com 1 ano de duração) e o curso primário supletivo, com duração de 2 anos.

O GE “Artur Segurado” que já vinha oferecendo o curso primário elementar, não sofreu alterações no currículo, pois a grade curricular que a escola havia adotado em 1933, quando foi instituído o Código de Educação no Estado de São Paulo, já refletia a que foi proposta pela Lei Orgânica do Ensino Primário.

Em 1951, o estabelecimento onde funcionava o Grupo Escolar “Artur Segurado” foi adquirido pela Pontifícia Universidade Católica, forçando a saída da escola por interdição do prédio pela Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1º de maio do mesmo ano, a escola instalou-se provisoriamente nas dependências do Grupo Escolar “Francisco Glicério”, localizado a Av. Moraes Salles, nº 988, no centro da cidade, onde funcionou regularmente em horário intermediário, das 11h15 às 14h15, até o ano de 1958. Informações dos Livros de Ponto e de Atas de Exames do período dão conta da prevalência de classes mistas no curso primário - condição então incomum no GE “Artur Segurado”; da manutenção da classe infantil do curso pré-primário que havia sido criada em 26/10/1949 e publicada no DOE em 28/10/1949 e, do surgimento de uma classe de 5º ano do curso primário, esta, talvez, surgida em decorrência da proposta da Lei Orgânica de oferecimento de um ano complementar de ensino primário.

Na análise dos dados coletados nos Livro de Ponto percebemos a inexistência de salas mistas antes do ano de 1940, condição contraditória se pensarmos a questão da

oferta/procura por vagas escolares. Segundo as investigações de SOUZA (1999), já em 1900 *o imperativo da rígida separação entre sexos teve que se render aos problemas de falta de espaço* (SOUZA, 1999, p.109), ao ser criada uma sala mista no 1º Grupo Escolar de Campinas. A não existência da co-educação até 1940 no 3º Grupo foi um fator de resistência? Se sim, que forças a sustentaram? O aumento da oferta de ensino primário na década de 1920 em Campinas com a criação de 4 (quatro) Grupos Escolares, poderia responder a essa questão, se deduzirmos que absorveram a demanda por vagas? A prática de formação majoritária de classes masculinas e femininas, para serem atendidas em períodos distintos foi mantida até os idos de 1970... Que motivos justificam essa “vocação” da escola para a separação de sexos?... As indagações ficam por ora interrogando o passado, até um tempo talvez, que outras pistas possam concorrer na construção de hipóteses. FARGE (1989) consola: *O “retorno ao arquivo” é por vezes difícil: ao prazer físico do rastro descoberto, sucede a dúvida misturada à impotência de não se saber o que fazer com ele* (FARGE, 1989,p.14).

Como teria sido as condições de permanência anexa ao GE “Francisco Glicério”? E o patrimônio material de quase cinquenta anos sofreu perdas e danos nesse processo? Se sim, em que medida?

Os registros do Livro de Ponto do Pessoal, os Mapas de Movimento, e o registro de dados dos exames finais são os únicos documentos-testemunha desse período, constantes no arquivo, além de fotografias das turmas no pátio da escola, estas, em número razoável. Os dados da escrituração desses documentos dão conta que as dez classes transferidas, uma delas de educação infantil, concluíram o ano letivo, em detrimento da agitação causada pela mudança de espaço físico. Embora tenha funcionado nos cinco anos seguintes num período intermediário, cedido pela administração do GE “Francisco Glicério” para a manutenção das suas atividades, o GE “Artur Segurado” manteve uma média de sete classes assistidas. Observamos que, em detrimento das dificuldades impostas aos alunos, pais, professores, funcionários e administradores das duas instituições, o serviço escolar oferecido por ambos os Grupos

Escolares não parou e certamente foi vivenciado um período de ajustamento constante da comunidade escolar frente às condições postas.



Figura 11. Segundo endereço à Rua Moraes Sales, 988, anexo ao Grupo Escolar “Francisco Glicério”, de 1952 a 1957, quando se denominava Grupo Escolar “Artur Segurado”.

Por decreto nº 23.070, de 27 de janeiro de 1954, foi transferido um terreno da Secretaria de Agricultura para a Secretaria da Educação, para nele ser construído um prédio escolar para a instalação permanente do Grupo Escolar “Artur Segurado”. Em 24 de março de 1959, o GE iniciava o ano letivo nas dependências do novo prédio escolar de dois pavimentos, localizado à Avenida Brasil, s/n (hoje, nº 2080), num terreno que havia pertencido à fazenda Santa Elisa, no bairro Vila Nova, uma região ainda em estágio embrionário nos projetos de urbanização da cidade de Campinas. O ponto de referência mais próximo era a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, instalada também em 1959.



Figura 12. Endereço atual da Escola Estadual “Artur Segurado”, à Av. Brasil, 2080, desde 1958.

A edificação, de arquitetura nada ostentosa contava com 12 salas de aula, 05 salas para administração, gabinete dentário, pátio, cozinha, instalações sanitárias. Com capacidade para atender 12 classes por período, a escola voltou a dividir as turmas por sexo: classes masculinas pela manhã, classes femininas e classe infantil à tarde. Considerada, à época, afastada do centro da cidade, a escola carecia de infra-estrutura necessária para funcionar adequadamente: em ofício de março de 1958, endereçado ao então prefeito de Campinas Rui Novaes, o diretor em exercício Achilles Pinto Filho, que também ocupava o cargo de Auxiliar de Inspeção, solicitou a instalação de uma linha telefônica, justificando que, por ser aquele GE também Sede da Inspeção Auxiliar do Ensino Primário, era muito demandado. Outro ofício, do mesmo diretor, endereçado a um vereador não identificado, em 1959, solicita que o percurso da linha de ônibus do Castelo fosse aumentado até a altura da Av. Imperatriz Leopoldina, a cem metros do GE.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação, de nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, promulgada para organizar o sistema de ensino nacional não provocou alterações na estrutura de funcionamento do GE “Artur Segurado”, pois, em detrimento da alteração da lei, a estrutura tradicional do ensino primário foi mantida. A

escola prosseguiu oferecendo o curso pré-primário, de 1 (um) ano e, o curso primário, de 4 (quatro) anos.

As condições históricas do período refletiam a política desenvolvimentista iniciada na década de 1950, que foi intensificada no governo Juscelino Kubitschek e que orientou os governos subseqüentes na promoção do desenvolvimento econômico apoiado no capital estrangeiro. Havia, no setor educacional, a existência de uma forte crise, evidenciada pela aceleração do ritmo de crescimento da demanda efetiva de educação (ROMANELLI, 1995). Com o advento do golpe militar de 1964, o governo federal se aproximou das políticas externas que vinham levando em consideração uma linha de desenvolvimento baseada no “capital humano”. Segundo HILSDORF (2005), 12 foram os acordos assinados pelo Ministério da Educação e Cultura e a *Agency for International Development* (USAID), visando a solução de problemas na educação brasileira:

*Os assessores da USAID agiam segundo uma evidente mentalidade empresarial, que, combinada às medidas de exceção da área militar, deu as **marcas** da política educacional do período: desenvolvimentismo, produtividade, eficiência, controle e repressão.* (HILSDORF, 2005, p. 124).

Podemos imaginar que esse reflexo, foi sendo indireta e paulatinamente percebido no interior do GE “Artur Segurado”. Tratava-se, afinal, do modelo trazido por uma nova geração de professores e também pelos especialistas da educação que eram chamados a acompanhar as mudanças pedagógicas e didáticas. Pelos dados dos registros do arquivo efetuados de 1964 a 1970 podemos observar poucas, mas significativas nuances das *marcas* assinaladas por HILSDORF (2005), por ex.: durante vários anos consecutivos foram realizadas na escola cerimônias para marcar a data de aniversário do golpe militar (31/04/1964); fotografias revelam as práticas públicas de culto à pátria através dos desfiles cívicos; as turmas são classificadas pela capacidade intelectual dos alunos; ocorrem celebrações semanais de culto à bandeira e ao hino nacional; inspeções periódicas de fiscais da educação.

Os reflexos efetivos da orientação prescrita pelos acordos MEC-USAID serão percebidos na escola através da redefinição da política educacional brasileira

desencadeada pela reforma do ensino de 1º e 2º graus, em 1971, pela lei Nº 5.692, de 11 de agosto. A obrigatoriedade escolar passa a ser de 8 (oito) anos, havendo uma mudança importante na estrutura do ensino pela supressão dos Grupos Escolares no sistema educacional brasileiro e pela junção do curso primário e do curso ginásial.

A extinção do GE “Artur Segurado” antecipou-se à Lei nº 5.692 - que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus - expedida pelo Ministério da Educação: *Artur Segurado é líder na reforma*, com esse título foi publicado no Jornal Diário do Povo, de 25 de dezembro de 1974, um artigo sobre a condição pioneira do grupo na instalação da reforma educacional de 1971.

O Grupo Escolar e Ginásio Artur Segurado é a primeira escola oficial estadual de São Paulo a implantar a reforma de ensino. O plano de implantação pioneiro, elaborado pela 1ª Delegacia de ensino básico teve sua aprovação com louvor publicada recentemente pelo Diário Oficial do Estado.

Nas folhas do mês de janeiro do Mapa de Movimento de 1970, as informações:

G.ESC-G.E “ARTUR SEGURADO” – P/ Dec. De 30/01/70 – pub. No D.O. de 31/01/70 – foi criado o G.ESC.-G.E. “ARTUR SEGURADO” (Ginásio Integrado nos termos do Dec. Nº 52. 353 de 06/01/70 – pub. No D.O. de 07/01/70. P/ Resolução S.E. Nº 8/70 – de 05/02/70 – pub. No D.O. de 06/02/70 – fica extinto o G.ESC. “ARTUR SEGURADO” – p/ criação de Ginásio Integrado: - G.ESC-G.E. “ARTUR SEGURADO”.

Iniciou a escola uma fase de adaptação à reforma do ensino que estabelecia o curso fundamental com duração de 8 (oito) anos, criando, paulatinamente, classes de 5º, 6ª, 7ª e 8ª séries, adotando períodos tresplicados para também ministrar os Cursos de Educação de Adultos, nos horários 19h30/21h30, através do Serviço de Educação Supletiva, cuja entidade mantenedora era o Estado.

Em 1976, no governo Paulo Egídio Martins, ocorreu a implantação da Lei ° 5.692/71 no sistema de ensino paulista. A administração estadual reorganizou a rede

física, reunindo num mesmo prédio classes dos antigos cursos primário e ginásio - situação que no Grupo Escolar e Ginásio “Artur Segurado” já vinha ocorrendo - e alterou a denominação das novas unidades escolares: passariam a ser “Escolas Estaduais de 1º Grau”.

Transcorridos 20 anos, em 1996, na gestão do governador Mario Covas, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo implantou através do Decreto n. 40.473/95 o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, lançando o plano “*Mudar para Melhorar: Uma escola para a criança, outra para o adolescente*”. Dessa forma, a Escola Estadual de 1º Grau “Artur Segurado” passou a atender apenas as classes de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, recebendo alunos da Escola Estadual de 1º Grau “Aníbal de Freitas”, e remanejando para lá não apenas as classes de 5º a 8º séries, mas também os materiais didáticos utilizados em várias disciplinas, as bibliotecas que não mais usariam e, conseqüentemente, uma parte de sua história.

Em 1998, devido às exigências da implantação nacional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado pelo então ministro da Educação Paulo Renato Souza e que estipulou nova sistemática de redistribuição dos recursos financeiros destinados ao Ensino Fundamental público (1ª a 8ª séries do antigo 1º Grau), a escola sofreu alteração na denominação. As Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, documento aprovado em 18 de março de 1998 – parecer nº 67 do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo – estipulam no parágrafo 1º: *As unidades escolares ministram ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional, e denominam-se Escolas Estaduais, acrescidas do nome de seu patronímico*. A Escola passou a se chamar Escola Estadual “Artur Segurado” e continua mantendo a oferta do 1º ciclo do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) até os dias atuais.

No início deste ano a escola introduziu o ensino fundamental de nove anos, previsto pela lei nº 11.274 e sancionada em 2006, matriculando crianças com 6 (seis) anos na 1ª série do ensino fundamental.

5. CAPÍTULO IV

Fontes documentais: matéria-prima da história

5.1 Analisando e (re) conhecendo a tipologia documental do arquivo

Para proceder às atividades básicas de organização arquivística – **classificação** ou **arranjo**³⁰ e **avaliação** – utilizamos por metodologia o estudo tipológico, pela qual levamos em conta dois conjuntos de elementos constituintes dos documentos (BELLOTTO, 2002), e que são indispensáveis para justificar sua existência e prever suas relações hierárquicas. Para a **descrição** documental utilizamos a metodologia da ISAD(G).³¹ Cabe lembrar que o histórico pesquisado permeou todas essas ações.

Buscando sempre atentar para os princípios basilares da Arquivística (proveniência, unicidade, organicidade e indivisibilidade), pautamos a análise das unidades documentais a partir dos elementos internos (substância) e externos (estrutura) que as caracterizam, visando entender como tais elementos operam na prática, ou seja, como refletem e traduzem as funções e atividades que lhes ofereceram contexto de existência. Recorremos à BELLOTTO (2002) para melhor compreender o assunto:

Os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com a sua forma de apresentação. Relacionam-se com o gênero, isto é, configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos de que seus executores se serviram para registrar a mensagem.

Os caracteres ou elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substância têm a ver com o conteúdo substantivo, seu assunto propriamente dito, assim como com a natureza de sua proveniência e função. (BELLOTTO, 2002, pp.24-5)

³⁰ Como decorrência da distinção tradicional de “classificação” e arranjo”, os esquemas ou quadros gerais que os expressam costumam ser denominados diferentemente: “plano de classificação” (para documentos de caráter **corrente**) e “quadro de arranjo” (para os documentos de caráter **permanente**). (GONÇALVES, 1998, p.14)

³¹ A norma ISAD(G) propõe padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica. (LOPEZ, 2002, p.14).

E mais:

*A **estrutura** corresponde a todo o substrato necessário à elaboração do documento, seja nos aspectos mais materiais, seja nos menos palpáveis. De qualquer forma, representa o arcabouço a receber, ou não, o seu devido conteúdo.*

*A **substância** é a essência, a razão de existir do documento, o conteúdo que o tornará único no seu contexto de produção e utilização. (Idem, ibidem, p.26).*

Os caracteres externos que definem a *estrutura física do documento* são (BELLOTTO, 2002):

- o espaço.
- o volume.
- a quantidade.
- o suporte material.
- o formato (configuração física do suporte, ex.: caderno, folha avulsa, livro, tira de microfilme, etc.).
- a forma (define o estágio de preparação e transmissão de um documento, ex.: minuta, cópia ou original).
- o gênero (sistema de signos usados na comunicação de seu conteúdo, ex.: textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, informático).

Os caracteres internos que concorrem para a *substância do documento* são:

- a proveniência (instituição responsável pela produção, acumulação e guarda dos documentos).
- as funções (razões pelas quais os documentos foram produzidos).

- a atividade e os trâmites.
- o conteúdo substantivo (o assunto que trata o documento).
- a data tópica (o lugar de onde o documento está datado).
- a data cronológica (ano, mês, dia).

Há ainda *elementos intermediários* que devem ser considerados: a espécie (configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas), o tipo (configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou) - e a categoria documental, a qual reflete o peso e a hierarquia do seu conteúdo (BELLOTTO,2002).

Atentos a essas características documentais na análise particular de cada peça, foi possível compor um esquema de arranjo que buscou refletir, tanto quanto possível, as estruturas de funcionamento da escola. Esse trabalho também apoiado na reunião substancial de dados sobre a evolução institucional da escola - obtida em fontes primárias e secundárias – permitiu, numa medida suficiente, a compreensão do contexto geral de produção dos documentos. Isso possibilitou as condições para reunir a totalidade do fundo de arquivo da EE “Artur Segurado” em unidades significativas, buscando estabelecer partições que refletissem os níveis hierárquicos que as regem no todo orgânico. Adverte BELLOTTO (2006) que é no respeito à vinculação orgânica entre os documentos que reside o êxito do trabalho de arranjo. E, portanto:

O quadro de arranjo justapõe-se a um quadro de órgãos administrativos e suas subdivisões à época da produção dos documentos a serem arranjados. Nunca poderá ser fixado sem o prévio levantamento das estruturas governamentais nas várias épocas através da legislação. (BELLOTTO, 2006, p.144).

5.1.1 Quadro de Arranjo e Descrição Arquivística

Organizar a informação é inserí-la numa ordem, conferindo-lhe um sentido. Assim pronunciou a Profa. Dra. Johanna Wilhelmina Smit (USP), em sua apresentação intitulada “**A Organização e o Acesso à Informação dos Documentos de Arquivo**”, no Fórum Permanente de Arte e Cultura, em outubro de 2007, evento realizado pelo CGU/CORI-UNICAMP, com o tema: “*Pesquisas em Acervos e o acesso ao Conhecimento e a Cultura: os instrumentos de gestão de documentos.*”

Do cotejo entre as informações retiradas das fontes primárias que compõem o espólio escolar e dos dados obtidos no levantamento bibliográfico sobre a história da instituição, reunimos condições para compor um **quadro de arranjo**, traduzido *em esquema no qual a hierarquia entre as classes e subclasses aparece representada espacialmente* (GONÇALVES, 1998, p.12). Essa condição permitiu o trabalho de **descrição arquivística**, entendido como *fase do tratamento arquivístico destinada à elaboração de instrumentos de pesquisa para facilitar o conhecimento e a consulta dos fundos documentais e das coleções dos arquivos* (DICCIONARIO de terminologia archivística – ESP, in LOPEZ, 2002, p.54).

Elaborar um quadro de arranjo pressupõe como procedimento básico a divisão da documentação em *grandes classes abstratas que correspondam de forma coerente e articulada, às funções e atividades do organismo em questão, no período recoberto pela documentação a ser organizada* (GONÇALVES, 1998, p. 12), sendo que, no caso de arquivos históricos constituídos de documentação de caráter permanente, as classes ganham nomes específicos: grupos, subgrupos e séries. Dois são os critérios possíveis de se adotar: o *funcional*, com classes que representam estritamente as funções do órgão produtor, e, o *estrutural*, que se baseia nas “estruturas” desse órgão - setores, divisões, departamentos (GONÇALVES, 1998).

O fato de haver lacunas importantes na documentação do arquivo da EE “Artur Segurado” e, do período de tempo histórico contemplado pela pesquisa ser remoto, geraram dificuldades no entendimento da estrutura organizacional da escola nas suas origens, nos levando a optar pela classificação funcional, feita a partir das funções e atividades exercidas na instituição, identificáveis pela análise das características formais e substantivas dos itens e séries documentais, em outras palavras, pela análise tipológica da documentação. A função primordial da instituição é oferecer as condições para o exercício de práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem. As atividades fim, de natureza pedagógica, e que produzem documentos de caráter substantivo para o funcionamento da entidade produtora, amparam-se numa estrutura administrativa, que executa as atividades meio, necessárias para a existência e manutenção da instituição, e que produzem documentos de caráter instrumental e assessorio (BERNARDES, 1998).

Em detrimento da existência quase centenária, e do volume presumível de acumulação de documentos num período de tempo como esse, a realidade do acervo histórico na EE “Artur Segurado” revela, no mínimo, que não havia lugar para ele. Contabilizamos 140 peças, entre séries, itens documentais e dossiês. As únicas séries de documentos que existem em volume considerável são o Livro de Ponto (está completa) e os Mapas de Movimento. Outras séries como livros de Registro de Matrícula, Livro de Inventário e Livro de Atas de Exames Finais apresentam lacunas importantes. O volume maior de documentação é o que vem sendo acumulado de 1970 para cá.

Pareceu-nos mais coerente, diante das circunstâncias organizar o fundo arquivístico formando grupos a partir das razões sociais pelas quais os documentos foram produzidos, recebidos e acumulados ao longo da história institucional da escola, ou seja, por suas denominações. Essa opção nos levou a pesquisar a história da escola até os dias atuais, a fim de justificar a escolha que fizemos, ainda que fossemos nos deter no período de tempo que vai de 1910 a 1970. Desde que foi criada, a escola teve 4 (quatro) alterações na nomenclatura, sendo apenas duas delas, decorrentes de transformações na estrutura organizacional e funcional da instituição, oriundas da implementação de reformas ocorridas na legislação educacional. O Fundo Escola Estadual “Artur Segurado” foi dividido em 5 grupos:

- 1º - 3º Grupo Escolar de Campinas - 3GE (1910-1939).
- 2º - Grupo Escolar Artur Segurado - GEAS (1940-1969).
- 3º - Grupo Escolar - Ginásio Artur Segurado - GEGAS (1970-1975).
- 4º - Escola Estadual de 1º Grau Artur Segurado - EEPGAS (1976-1998).
- 5º - Escola Estadual Artur Segurado - EEAS (1998 – permanecendo em vigência).

No interior dos agrupamentos localizamos séries e itens documentais, identificados segundo a razão de sua existência: administrativa ou pedagógica. *As séries são conjuntos de documentos que, mesmo não sendo rigorosamente iguais, apresentam entre si mais semelhanças do que diferenças* (GONÇALVES, 1998, p. 28). Os 4 (quatro) primeiros são chamados grupos fechados em razão da supressão da unidade produtora.

O esquema de arranjo ficou assim estabelecido:

Fundo Escola Estadual “Artur Segurado” (EE Artur Segurado)

Grupo: 3º Grupo Escolar de Campinas (3GEC) – 1910 a 1939

Sub-Grupo: Administrativo (AD)

Sub-Grupo: Curso Primário (CP)

Grupo: Grupo Escolar Artur Segurado (GEAS) – 1940 a 1969

Sub-Grupo: Administrativo (AD)

Sub-Grupo: Curso Pré-Primário (CPP)

Sub-Grupo: Curso Primário (CP)



Figura 13. Trabalho articulado de elaboração do quadro de arranjo e descrição das fontes.

Concomitantemente à esquematização do plano de arranjo, reunimos dados para realizar o procedimento de descrição documental, vislumbrando a relação de complementaridade entre essas duas atividades, as quais, como bem alerta LOPEZ (2002), são, entre si, absolutamente distintas. O autor sugere que, na organização arquivística, não se perca de vista a importância das atividades de descrição:

Assim, o ideal é que, tanto no planejamento como na execução de tais atividades, essa inter-relação seja considerada. Isso significa que os níveis das atividades de descrição deverão sempre corresponder aos níveis de classificação dos documentos. Assim, diferentes tipos de instrumentos de pesquisa se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis da classificação arquivística.(LOPEZ, 2002, p.22).

A opção pelo uso da metodologia de descrição pelas normas ISAD(G) nos levou a empregar um sistema de organização com estrutura multinível, que divide o acervo em fundos, grupos, subgrupos, séries, subséries, dossiês e itens documentais. Consideramos a totalidade da documentação como Fundo Escola Estadual “Artur Segurado” e, estabelecemos um modo de organização do espólio escolar semelhante à linha adotada por pesquisadores que trabalharam nos arquivos da EE “Carlos Gomes”, num projeto similar inserido no âmbito do Projeto de Organização de Centros de Documentação sob a mesma orientação.

O trabalho de descrição incidiu sobre os dois primeiros grupos, 3GEC e GEAS, previsto no projeto. Utilizamos um modelo de ficha de descrição cujo layout foi projetado pelas pesquisadoras Vânia Regina Personeni de Miranda e Eva Cristina Leite da Silva, esta última envolvida com a organização de parte do arquivo permanente da EE “Carlos Gomes”.

O inventário³² produzido encontra-se em processo de análise pela instância responsável no âmbito do projeto maior, na intenção de futura publicação. Tal tipo de documento está inserido na categoria de instrumentos de pesquisas, definidos pelo dicionário de terminologia arquivística como:

obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo. (LOPEZ, 2002, p.10).

Seguem dois exemplos do trabalho de descrição realizado:

³² *Instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões toma por unidade a série, respeitada ou não a ordem a de classificação.* Dicionário de terminologia arquivística, em LOPEZ, 2002, p.51.

1º - o Item documental Livro de Inventário está localizado no Sub-grupo Administrativo(AD) do Grupo GE Artur Segurado(GEAS) que compõe o Fundo EE “Artur Segurado”.

Código de referência:	BR SP EE ARTUR Cota: GEAS/AD SEGURADO
Título:	Livro de Inventário do Grupo Escolar “Artur Segurado”.
Data:	02 de janeiro de 1945 a 15 de abril de 1969.
Nível:	Item documental.
Dimensão:	01 livro de 51 fls, totalmente utilizado, medindo 33,0 x 22,5 x 1,0cm, em bom estado físico.
Conteúdo:	Inventário do material permanente (longa duração), material didático (destinado a auxiliar o ensino), de consumo, e do gabinete dentário, realizados nos anos de 1956, 1957, 1960, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968 e 1969. Consta cabeçalho com denominação da escola e data, e os campos de preenchimento: Data do Fornecimento (dia/mês/ano), Quantidade, Designação, Valor por Unidade, Importância Total, Procedência, Número da Fatura, Observações e Descarga (Cr\$).
Nota:	Termos de abertura e encerramento assinados pelo diretor Achilles Pinto Filho, em 1º de dezembro de 1956, e folhas carimbadas por ele. Há visto de inspetor escolar em abril de 1957, março de 1966 e maio de 1966. Consta na folha nº 50, de 15 de abril de 1969: <i>O material do gabinete dentário foi arrolado em Inventário do Serviço Dentário Escolar – Insp. Escolar do S.D.Esc.- local</i> (não assinado). Livro com 50 folhas numeradas + 1 folha no início do livro, a qual contém campos impressos com dados impressos, relativos ao inventário do ano de 1945. Demais folhas, campos impressos com preenchimento manual. Procedência do suporte: Ind. Gráfica SIQUEIRA S/A, São Paulo-SP. Na contra-capá, instruções gerais para o preenchimento do inventário e relação dos artigos 76, 77, 78, 79, 80 e 81 do Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 10.124 de 15 de abril de 1939.

2º - A Série documental Livro de Matrícula está localizada no Sub-grupo Curso Primário (CP) do Grupo 3º Grupo Escolar de Campinas (3GEC) que compõe o Fundo EE “Artur Segurado”.

Código de referência:	BR SP EE ARTUR SEGURADO	Cota: 3GEC/CP
Título:	Livro de Matrícula.	
Data:	1º - 1929 a 1931 (secção masculina); 2º - 1929 a 1931 (secção feminina); 3º - 1935 (secção masculina); 4º - 1935 (secção feminina); 5º - 1939 (secção masculina); 6º - 1939 (secção feminina).	
Nível:	Série.	

Dimensão:	<p>06 livros</p> <p>1º - 50 folhas, utilizado até a folha nº 49, medindo 31,5 x 27 x 0,8cm, em estado físico regular (capa do livro parcialmente danificada).</p> <p>2º - 50 folhas, utilizado até a folha nº 48, medindo 31,5 x 27 x 01cm, em estado físico regular (capa do livro parcialmente danificada).</p> <p>3º - 50 folhas, utilizado até a folha nº 30, medindo 31,5 x 28 x 01cm, em estado físico regular (capa do livro parcialmente danificada).</p> <p>4º - 50 folhas, utilizado até a folha nº 29, medindo 31,5 x 28 x 01cm, em bom estado físico.</p> <p>5º - 50 folhas, utilizado até a folha nº 28, medindo 31,5 x 28 x 01cm, em bom estado físico.</p> <p>6º - 50 folhas, utilizado até a folha nº 29, medindo 31,5 x 28 x 01cm, em bom estado físico.</p>
------------------	---

Conteúdo:

Registro de matrícula de alunos e alunas no curso primário.

1º - Há cabeçalho para denominação da escola e definição do sexo dos alunos, e os seguintes campos de preenchimento: número de matrícula, número de ordem no ano, nomes, idade (data de nascimento), naturalidade, filiação, profissão do pai, residência (endereço), épocas das inscrições (na matrícula primitiva, na matrícula do ano letivo), ano do curso, eliminação (datas, causas) e observações.

2º - Idem ao anterior.

3º - Há cabeçalho para identificação da escola e definição do sexo dos alunos, e os seguintes campos de preenchimento: número de matrícula, número de ordem no grau, nomes, idade (data de nascimento), naturalidade, filiação, profissão e nacionalidade do pai, residência (endereço), épocas das inscrições (na matrícula primitiva, na matrícula do ano letivo), ano do curso; eliminação (datas, causas); média de exame e observações.

4º - Idem ao anterior.

5º - Há os mesmos campos de preenchimento que nos livros de 1935, acrescido do campo religião, que foi inserido manualmente.

6º - Idem ao anterior.

Nota:

1º - Termos de abertura e encerramento assinados pelo diretor Paulino Moniz Filho em 26 de janeiro de 1929, e folhas carimbadas por ele. A folha nº 19 não foi utilizada. Há 01 papeleta medindo 10,5 x 15,0cm contendo relação manuscrita de nomes e está no interior do livro. Procedência do suporte: nada consta. Timbre impresso da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Campos impressos. Preenchimento manual.

2º - Termos de abertura e encerramento assinados pelo diretor Paulino Moniz Filho em 26 de janeiro de 1929, e folhas carimbadas por ele. As folhas nº 18 e nº 19 não foram utilizadas. Há 01 recorte de jornal, medindo 31,0 x 12,5cm, contendo artigo intitulado A PÁTRIA DA LARANJEIRA, de L. Granato, e está no interior do livro. Procedência do suporte: nada consta. Timbre impresso da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Campos impressos. Preenchimento manual.

3º - Termos de abertura e encerramento assinados pelo diretor Antonio Salustiano da Silva em 1º de fevereiro de 1935, e folhas carimbadas por ele. Procedência do suporte: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, São Paulo. Timbre impresso da Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Campos impressos. Preenchimento manual.

4º - Termos de abertura e encerramento assinados pelo diretor Antonio Salustiano da Silva em 1º de fevereiro de 1935, e folhas carimbadas por ele. Procedência do suporte: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, São Paulo. Timbre impresso da Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Campos impressos. Preenchimento manual.

5º - Termos de abertura e encerramento assinados pelo diretor Américo Belluomini em 1º de fevereiro de 1939. Folhas não carimbadas e não rubricadas pelo diretor. Procedência do suporte: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, São Paulo. Timbre impresso da Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Campos impressos. Preenchimento manual.

6º - Termos de abertura e encerramento assinados pelo diretor Américo Belluomini em 1º de fevereiro de 1939. Folhas não carimbadas e não rubricadas pelo diretor. Procedência do suporte: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, São Paulo. Timbre impresso da Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Campos impressos. Preenchimento manual. Há, no interior do livro, 01 caderno com folhas pautadas, timbradas pelo Governo do Estado de São Paulo, contendo relação manuscrita de nomes de alunas eliminadas durante o ano de 1939.

5.2 Fontes extraordinárias

Na abertura deste trabalho, apresentamos duas fontes documentais que, embora não falem por si, potencializam as vias de entendimento de fragmentos da história do 3º Grupo Escolar e, por que não, da história da educação em Campinas: uma fotografia e um texto epigráfico (I). Dois discursos de gênero diverso, entrelaçados, tecendo sentidos. Fontes extraordinárias a serviço da recuperação da memória coletiva gerada naqueles contextos e, por que não (?) da (re) escrita da História.

O documento iconográfico, cuja data provável está entre 1910 e 1920, retrata um grupo de estudantes praticantes de escotismo junto com o professor Artur Segurado. O texto, escrito em 1965, parece descrevê-la fora do contexto da pose ao fotógrafo, enaltecendo a figura do mestre-escola por suas práticas pedagógicas aproximadas daquelas defendidas por De Amicis³³, para quem a educação para a civilidade, ao que indica o texto, passava pelas vias de uma orientação militar.

Foi esse um dos livros constantes da biblioteca pessoal de Segurado? Ou somente da de Duarte? Em que medida o texto de Duarte traduz a realidade, se foi elaborado por alguém que não viveu aquele tempo e não conviveu com o homenageado? É possível compreender e se identificar com a memória de um passado do qual não se tomou parte? Se sim, em que medida? O trabalho do imaginário pode ajudar nesse processo? Em que amplitude relatos orais e fontes materiais ajudam a compor um perfil, tanto quanto fidedigno, do desconhecido? (...)

O texto epigráfico é um trecho de um artigo cujas páginas foram escritas por Milton Duarte Segurado, literato da cidade de Campinas e neto de Artur Segurado. Recolhido ao arquivo em 1969, por doação do próprio autor, trata-se de um documento de caráter biográfico que pode ser valorizado como fonte extraordinária de informações sobre as práticas didáticas e pedagógicas do professor e diretor Artur Segurado, nas

³³ Edmundo de Amicis publicou o *Cuore* (1866), *Coração* na versão em português, um livro sentimental, um romance escrito em forma de um diário de estudante, ao longo de um ano letivo (1881-1882), numa escola primária italiana, poucos anos após a reunificação, em linguagem que seduzia particularmente os jovens, e com tradução em várias línguas, ganhou projeção internacional.
Fonte: <http://www.brasilecola.com/biografia/edmondo-de-amicis.htm>. Site visitado em nov/08.

condições históricas do início do século XX. Essa é uma das poucas unidades documentais encontradas no acervo que permitem rastrear vestígios de práticas de escolares de caráter pedagógico, sendo a maioria da documentação composta por fontes de natureza administrativa.

O artigo foi escrito em junho de 1965 e intitula-se como uma homenagem: *Artur Segurado: Um Educador. Elogio ao Patrono da Cadeira Nº 21 da Academia Campinense de Letras*. Um exemplar foi doado pelo autor à direção do Grupo Escolar “Artur Segurado” em 12 de abril de 1969, data que marcou o centenário de nascimento do homenageado. Milton Duarte Segurado foi sócio-fundador da cadeira nº 21 da Academia Campinense de Letras, para a qual nomeou como patrono o avô. Faleceu no início deste ano, no dia catorze de janeiro, em Campinas, quando contava com 85 anos de idade.

Em detrimento de sua veia literária e poética, Duarte, na referida obra, faz uma evocação ao passado, baseando-se, certamente, em fontes escritas e orais que buscou conhecer para poder compor um imaginário próprio, numa tentativa – quem o sabe? - de perpetuar a memória de alguém que, embora não tenha conhecido pessoalmente, considerava um representante ímpar do magistério campineiro, como nos faz crer o conteúdo do documento. Com MENEZES (2001) lembro as palavras de Ecléa Bosi³⁴ acerca de Maurício Halbwachs, estudioso da memória:

Para ele, na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (BOSI, 1994 apud MENEZES, 2001, p.57).

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Duarte se pautou, não na lembrança, mas na construção da imagem de alguém com quem vivenciou de forma indireta, baseando-se em memórias “emprestadas” do coletivo e, pelas quais elaborou um imaginário imediatamente identificado com a realidade percebida e captada em recordações e memórias alheias, estas, provavelmente reconstruídas, revividas e repensadas com imagens e idéias sempre atualizadas. O texto produzido, ponderamos, é

³⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

fruto de um trabalho com a memória coletiva re-significada, matéria simbólica potencial para entretecer laços identitários:

São muitas lembranças, de objetos, de lugares, de práticas ainda praticadas e outras já relegadas, de sentimentos, de sons, odores, são muitas... Mas sobretudo de pessoas, das quais a memória dá um sentido de identidade e forma a identidade, não só daqueles que recordam, mas também dos que são recordados (MENEZES, 2001, p.62).

O documento se revela uma fonte potencial para a pesquisa de, pelo menos, parte da história da escola, através da biografia do seu patrono. Vestígios e indícios de práticas escolares do início do século XX, nessa instituição, podem ser rastreados e analisados, para serem compreendidos sempre dentro do rigor científico próprio de análises ponderadas e pautadas no bom senso. Um possível vestígio para captar práticas e acontecimentos naquele universo escolar é deflagrado, nas páginas de Duarte, pela prática usual do professor Segurado em compor versos e acrósticos diretamente a seus alunos, imprimindo-os, supomos, com bela caligrafia - podem atestar os livros administrativos preenchidos por Segurado - nos seus álbuns e cadernos.

Em uma breve incursão por fragmentos da memória de Duarte expressas no documento, podemos identificar traços de práticas escolares do professor Artur Segurado e mesmo de sua vida pessoal, estimando que possam elas, em alguma medida, contribuir para (re) pensar a história do 3º Grupo Escolar e da educação em Campinas:

(...) conta-se que, em dia de exame, quando lecionava no Primeiro Grupo, o esqueleto humano – ao canto da sala e pronto para dansar na aula de história natural, aquela célebre dança macabra dos duzentos e tantos ossos para decorar – cai-lhe em cima o esqueleto, derrubando-o no chão... Não houve quem não comentasse, à saída, a luta que teve o professor Segurado, sob o riso da criançada, para desvencilhar-se da “caveira”....

No mesmo ano em que morre o sogro, cria-se, em Campinas, o Terceiro Grupo Escolar – e para seu diretor é nomeado o Professor Artur. Depois de dirigir alunos, vai agora dirigir mestres. E estava sempre preparado, este amigo inseparável das crianças, para organizar festas patrióticas e comemorar as grandes datas nacionais,

onde poesias e diálogos coloridos de civismo, surgiam de sua sensibilidade, especialmente para o espírito infantil. Estas festas, aliás, eram elogiadas pelo diretor geral de ensino, Dr. Oscar Thomson..

Citam-se entre os que freqüentaram o Terceiro Grupo, Pelágio Lobo, José de Toledo, Adalberto Maia, e tantos e tantos outros. Enfim, meia Campinas forma entre os seus educandos, no Primeiro e Terceiro Grupos.

Uma foto, de 1920, o mostra, sentado à escrevaninha, a mão segurando a pena. (...) Tem sobre a mesa o material próprio para escrever: porta-cartas, tinteiro duplo, uma escadinha por onde sobem lápis para o rascunho e descem canetas para a cópia a limpo; pequeno busto de militar condecorado, papéis. À folhinha da parede, entre diplomas, marca 23 de outubro.

Não era poeta lírico, mas didático: em seus versos foi sempre menos poeta e mais professor. Instruía, não apenas saturando os alunos de conhecimentos úteis, mas educando-os. Não foi poeta épico, mas patriótico: um cidadão que prega civismo, um professor que inculca aos meninos como ser patriota.

Incentivou aqui a criação do Primeiro Núcleo de Escoteiros, organizando ainda, no Terceiro Grupo, verdadeiro clube de trabalhos manuais (em madeira, barro, etc) cujas exposições, no fim do ano, sempre provaram as vantagens desta atividade escolar.

Aliando um espírito coordenador aos impulsos de esclarecida inteligência, dotou o professor Segurado o Terceiro Grupo de sólidos princípios educativos, - o que lhe valeu logo, o conceito de estabelecimento escolar modelo.

As fotografias, instantâneos materializados do tempo passado, também ganham o caráter extraordinário como fontes reconhecidamente valorizadas para o trabalho com a História.



Figura 14. O diretor Artur Victor de Azevedo Segurado posa para a fotografia junto de professoras do 3º Grupo Escolar de Campinas.



Figura 15. O diretor Arthur Victor de Azevedo Segurado posa ao lado de uma professora com sua classe de alunos.

ANDORINHAS

Por: Arthur Victor de Azevedo Segurado

Ao despontar da rósea e fresca aurora,
formando imensas, belas espirais,
vão tidas elas para o campo em fora,
sem a fúria temer dos vendavais.

À tarde, quando o céu azul descora,
e doura o sol a cruz das catedrais,
vão procurar o pouso, sem demora,
agrupadas em bandos colossais.

Neste torrão de gênios sem rivais,
que a rica natureza todo enflora,
são empolgantes as cenas naturais.

Do coração do povo, nunca mais
se apagará o gozo desta hora,
que faz vibrar as almas dos mortais.

6. Considerações Finais

Para além de gerar significativa familiaridade com a direção, pessoal docente e pessoal administrativo da EE “Artur Segurado” nas vivências do cotidiano escolar, nossa permanência no contato ostensivo com o arquivo histórico criou uma espécie de cumplicidade dialógica – não sabemos definir de outra forma - com o objeto pesquisado, num misto de respeito, encantamento e compromisso.

[...]É no intervalo entre a paixão e a razão que se decide escrever a história, a partir dela mesma. Uma apoiando a outra, sem que nenhuma jamais obtenha vantagens ou venha a sufocar a outra, sem que se confundam nem se sobreponham, porém encaixando-as de forma que não se coloque mais o problema de sua necessária distinção (FARGE, 1998, p.16).

Situar-se e manter-se no intervalo a que se refere FARGE(1998) é, sem contradição, um exercício a demandar atenção e vigilância, sobretudo aos “navegantes de primeira viagem” nas incursões pela pesquisa histórica através dos arquivos: acabamos de antecipar o argumento de nossa defesa no tribunal da crítica necessária e bem-vinda ao rigor que marca a produção do conhecimento científico, e para a qual estamos abertos.

O trabalho de investigação histórica dentro de arquivos é instigante: tem-se tudo e nada, fortaleza e fragilidade, dito e não-dito, dúvida quase sempre, certeza quase nunca. Intocados, os documentos de arquivo não passam de massa amalgamada saturada de substância simbólica – memória - condenada à ação do tempo e ao esquecimento. Visitados, os documentos se revelam fontes irradiadoras do seu tempo. Um tempo passado que pode ser sentido no ato de abrir um livro, folhear páginas, inquirir a história oculta, aprisionada entre a tinta das grafias e os papéis amarelecidos.

Na tarefa de buscar lançar luzes ao passado, almejando a compreensão do presente, o historiador parte da materialidade cultivada. Ao fazê-lo, anseia por revelar, nas penumbras de um tempo passado, nuances - ainda que débeis - da cor desse tempo,

quais aquelas que Quintana, na epígrafe (II) deste trabalho, diz tingir, ainda que de forma indefinível, coisas, lugares, discursos... Estaria o poeta acenando para a presença latente dos reflexos de uma memória coletiva ?

(...)

O trabalho com a materialidade do acervo histórico se traduziu, para nós, no exercício metódico de mergulhar no tempo passado, do qual estão impregnadas as fontes do arquivo e dele submergir, buscando quando possível, trazer porções, fragmentos do vivido, encobertos pela coluna implacável e sempre crescente do tempo. Longe da pretensão de captar o real das fontes - contemporâneas de fatos pretéritos - percebemos que também os apagamentos, os “não ditos” do arquivo prenunciam, sem dizer. No espólio pesquisado, a ausência de documentação nos colocou questões... As buscas realizadas esbarraram em espaços lacunares, esvaziados materialmente, mas que, veladamente, anunciavam o estatuto da posse espacial e temporal.

A realidade do arquivo histórico da EE “Artur Segurado”, tomada em termos de volume documental, cuja dimensão referenciamos por comparação com o volume e com a tipologia documental dos acervos das outras escolas que fazem parte do projeto maior, nos foi colocando questões: que valores foram atribuídos aos documentos preservados? E aos descartados? Por quem a seleção foi efetuada? Em quais momentos? Pode ser encontrado em outros locais, fora da escola? Existiu porão, sótão ou depósitos que pudessem abrigar materiais fora de uso? Ocupou outros lugares na escola antes de se fixar nas atuais dependências? Quais? (...)

Contudo, a emergência de nosso trabalho visava o tratamento da materialidade existente. Inegavelmente, as circunstâncias observadas ampliaram a disposição para o trabalho de organização do acervo em detrimento de sua dimensão, e nos motivaram na tarefa de salvaguarda da memória dessa escola, quase centenária. Há exatos 50 anos, uma preocupação similar foi assim expressa pelo então diretor do GE “Artur Segurado”, Achilles Pinto Filho, em ofício emitido no dia 1º de fevereiro de 1958 e endereçado ao responsável pela execução da obra de construção do prédio escolar:

Senhor Delegado. Acompanhando a construção do novo prédio para este G.E., como estou, verifiquei que da planta não consta, palco para as festividades escolares e nem onde possa ser guardado o

arquivo “morto” do estabelecimento que já é quasi cincoentenário. Não dispõe também o novo prédio de espaço onde possa guardar o material escolar de consumo. Existe apenas um vão sob a escada que pode ser aproveitado exclusivamente com o material de uso diário para limpeza. Pelo acima exposto, solicito de V.S. as providências necessárias junto a quem de direito, a fim de serem sanadas as irregularidades apontadas, enquanto as obras ainda não foram concluídas. Tenho a honra de reiterar a V.S. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

O atributo de *morto* dado ao arquivo pelo diretor não encobriu o apego demonstrado a um material presumivelmente valorizado e preservado: era preciso guardar o arquivo quase cinqüentenário... era preciso que o endereço conquistado para ser a casa definitiva do Grupo Escolar o acolhesse por inteiro. As evidências, porém, indicam que as “irregularidades apontadas” não mereceram atenção. Segundo informações obtidas por especulação do pessoal mais antigo da escola, o vão sob a escada abrigou por um bom tempo o *arquivo morto*, em condições pouco satisfatórias.

Hoje, transcorridos 50 anos do apelo feito pelo diretor em favor do arquivo escolar, o fundo de arquivo da EE “Artur Segurado”, agora quase centenário, ainda que dilapidado no seu todo orgânico, encontra as condições para ocupar um lugar privilegiado, com a constituição de um Centro de Memória Escolar, previsto por projeto de autoria da pesquisadora e historiadora Profa. Dra. Maria Cristina Menezes, sensível à causa da memória educacional que vem sucumbindo à ação do tempo e do descaso social.

Novos esforços serão demandados para a organização do Centro de Documentação na EE “Artur Segurado”, que reunirá o arquivo permanente, o arquivo intermediário³⁵, a biblioteca histórica e os materiais museológicos existentes na escola, gerando condições para dar visibilidade e função ao acervo existente, então esquecido. Reintegrar a documentação histórica à vida mesma da escola e permitir seu acesso a alunos, professores, comunidade e pesquisadores é condição para que o arquivo se transforme de mero depósito de papéis em autêntico *lugar de memória*. Pois, como adverte NORA (1993), não tendo onde se ancorar, ela, a memória, corre sério risco de ser banida pelas vagas inexoráveis do tempo:

³⁵ Segunda idade da documentação, em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico administrativa, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor (BELLOTTO, 2006).

Os lugares de memória são antes de tudo, restos ... (...) são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade. (NORA, 1993, p.12-13).

A partir do fundo arquivístico existente, organizado e descrito e que, em tempo futuro, terá instrumentos de busca para facilitar trabalhos de pesquisa no acervo, muitas serão as abordagens possíveis para a produção de conhecimento. A nós competiu traçar, em linhas gerais, o percurso institucional da escola visando o trabalho técnico de organização arquivística do acervo histórico da EE “Artur Segurado”, que nos foi oferecido como um “*maná*”, na expressão de FARGE (1989) para definir a condição do arquivo: fonte.

Entendemos que há muitas histórias latentes para serem buscadas no acervo escolar quando se colocarem questões pelos pesquisadores interessados, sobretudo aqueles que contemplem análises indiciárias das fontes, valorizando as informações ordinárias registradas pelos atores/autores/fundadores da história da instituição. O acesso à *caixa-preta* da escola abre amplas possibilidades para o conhecimento da história da educação a partir da própria instituição: estudo do currículo, da cultura material escolar, das apropriações dos modelos culturais, das práticas escolares, etc.

Senão vejamos: um dado que nos chamou a atenção foi retirado do Livro de Inventário das décadas de 1950/60. Está relacionado entre os materiais didáticos utilizados na escola o Quadro Mural Parker. Pesquisamos sobre: esse recurso didático se prestava ao ensino das operações matemáticas através do método intuitivo difundido no Brasil desde os últimos anos do Império, e que ganhou destaque com a criação das primeiras escolas do período republicano, em especial os Grupos Escolares.

Por um artigo intitulado *Cartas de Parker. Para o Ensino de Arithmética nas Escolas Primárias*, sub-escrito por J.B. e publicada pela Revista de Ensino, de abril de 1902, publicação bimestral da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, subsidiada pelo governo do Estado, podemos ver uma prestação de serviço às escolas primárias paulistas, no que tange à difusão daquele material didático:

Em vista dos magníficos resultados por nós colhidos com o emprego das Cartas de Parker, no ensino de Arithmética em nossas escolas e não haver a venda no mercado, julgamos prestar um relevante serviço aos collegas dedicados a seus alumnos, publicando-as em nossa revista.

Cada carta que vai acompanhada da respectiva explicação em portuguez, poderá ser copiada pelo professor no quadro negro, a medida que della for precisando, trabalho este que não lhe tomará mais que 5 minutos de tempo, e que será compensado com usura.

O que teria provocado a permanência desse material didático por tanto tempo na escola, já que se prestava ao ensino intuitivo, método combatido pelos educadores escolanovistas por ser, segundo eles, grosseiramente empirista?

Por que os métodos e materiais didáticos propalados pelo movimento da Escola Nova, que pregava a educação ativa já na década de 1920, não foram apropriados pelos sujeitos escolares?... neste caso, especificamente ao ensino/aprendizagem da matemática? ...por exemplo, a metodologia desenvolvida por Montessori com o uso do material dourado?...

A formação no magistério oferecia o ensino da metodologia para o emprego das Cartas de Parker?

Há dados, nos documentos do arquivo, relativamente aos exames escolares e que poderiam acusar a medida da eficácia desse método?...

Questões aos borbotões...

(...) móveis para nova pesquisa.

7. Bibliografia

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. [tradução Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho]. São Paulo: Brasiliense, 1982.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. [tradução Gizele de Souza] **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, São Paulo: Ed. Autores Associados, jan/jun nº1, p.9-43, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. [tradução Bernardo Leitão (et al.)]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MENEZES, Maria Cristina (org.). **Inventário de fontes documentais: Escola Estadual Carlos Gomes (1903-1976)**. Campinas, (mimeo), 2003.

_____ [et al.]. **E.E. Carlos Gomes: Cem anos de História**. Campinas: APEOESP, Jornal da sub sede Campinas, v.1, p.1-4, 2003.

_____ [et al.]. **100 anos de formação de professores: EE “Carlos Gomes” de Campinas**. Catálogo de Exposição Documental. Campinas: Gráfica da Unicamp, 2003.

NUNES, Clarice. “O processo de elaboração do guia: metodologia e diagnóstico dos acervos arquivísticos e bibliográficos”. In: **Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira**. Brasília: INEP, p.13-45, 1992.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A Educação e a Ilusão Liberal: Origem da Escola Pública Paulista**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes Ltda, 1978.

SANTOS, Adriano Marins. **O arquivo da Escola Normal “Carlos Gomes”**: perfis e trajetórias dos alunos durante o Estado Novo. Campinas, SP: Dissertação de mestrado, Unicamp, 2007.

SILVA, Eva Cristina Leite dos. **Os papéis de porão na constituição da cultura escolar: Escola Normal Carlos Gomes – 1949 a 1966**. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, 2004.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. [tradução Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.47-62, 1981.

VINCENT, Guy, LAHIRE, Bernard & THIN, Daniel. “Sobre a história e a teoria da forma escolar”. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, nº 33, p. 7-47, jun/2001.

VIDAL, Diana Gonçalves & ZAIA, Iomar Barbosa. De Arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, Carmem Sylvia Vidigal & ALVES, Júlia Falivene. **Inventário de fontes documentais**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.) **Grupos escolares, cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

7.1 Referências bibliográficas

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer vol.8).

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**, 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como Avaliar Documentos de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. (Projeto Como Fazer vol.1).

BITTENCOURT, Agueda Bernadete. Editorial – Dossiê Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus, **PRO-POSIÇÕES**, v.16, n.I (46) – jan-abr.2005.

FARGE, Arlette. **Lê goût de l’archive**, Paris: Seuil, 1989.

FRANÇOIS, Étienne. “Os ‘Tesouros’ da Stasi ou a Miragem dos Arquivos”. In: BOUTIER, J. & JULIA, Dominique. **Passados Recompuestos: campos e canteiros de história**. [tradução Anamaria Skinner]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

GAULIN, Jean-Louis. “A ascese do texto ou o retorno às fontes”. In: BOUTIER, J. & JULIA, Dominique. **Passados Recompuestos: campos e canteiros de história**. [tradução Anamaria Skinner]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e Ordenar Documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. (Projeto Como Fazer vol.2).

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. [tradução Eduardo Brandão]. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer vol.6).

MENEZES, Maria Cristina. "Memórias, identidades, representações: a voz dos professores." **Revista Horizontes**. Bragança Paulista: EDUSF, v. 19, pp7-64, 2001.

_____ (org.). **Educação, memória, história**: possibilidades, leituras. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

_____ [et al.]. "O arquivo escolar: lugar de memória, lugar de história." **Revista Horizontes**. Bragança Paulista: EDUSF, v.23. n.1. p.67-76, jan/jun. 2005.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal & ALVES, Júlia Falivene. **Inventário de fontes documentais**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo (10), p.21-22, dez. 1993.

ROUSSEAU, Jean-Yves & COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. "A Difusão da Escola Primária em Campinas" In: NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et al.]. **Memórias da Educação**: Campinas (1850-1960). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória/Unicamp, 1999. (Coleção Campiniana, nº 20).

_____. **O Direito à Educação**: Lutas Populares pela Escola em Campinas. Campinas, SP: Unicamp/CMU, 1998. (Coleção Campiniana, nº 18)

_____. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo.** São Paulo: Editora da UNESP, 1998(b).

Fontes primárias:

Arquivo da EE “Artur Segurado”

Arquivo da EE “Francisco Glicério”

Fontes secundárias:

Hemeroteca João Falchi Trinca (CMU)

Centro de Memória da Unicamp (CMU)

Arquivo Fotográfico do CMU

Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp

Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas

Arquivo do Estado de São Paulo

Academia Campinense de Letras

Sistema de Bibliotecas da Unicamp.